DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quinta-feira, 30 de dezembro de 1976. SUPLEMENTO ANO I - Nº 138

ATOS DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE FINANÇAS

DECRETO Nº. 3.521 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1976

Aprova o Regulamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o disposto no artigo 20, do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º - É aprovado o Regulamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, que com este baixa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.977, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 28 de dezembro de 1976
89º da República e 17º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº3521 DE 28 DE dezembro DE 1976.

CAPÍTULO I
DO FATO GERADOR

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Distrito Federal.

Art. 2º - Para os efeitos deste imposto, a zona urbana do Distrito Federal é constituída das áreas ou setores em que o mesmo se divide segundo seu planejamento, observado o requisito mínimo da existência de 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo poder público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Art. 3º - São também consideradas urbanas para fins de cobrança do IPTU, as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou comércio, ainda que localizados fora dos limites fixados no artigo anterior.

Art. 4º - O imposto grava inclusive:

I - o imóvel que, independentemente de sua localização, tiver área inferior ou igual a 1 (um) hectare e não se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial;

II - o imóvel que se destinar a recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão e localização.

Art. 5º - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

Art. 6º - Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro de cada ano.

Parágrafo único - Quaisquer alterações de natureza física ou jurídica, verificadas em relação ao imóvel após a ocorrência do fato gerador, somente serão consideradas para o exercício seguinte.

Art. 7º - O imposto é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constando da escritura certidão negativa de débitos referentes ao imposto.

CAPÍTULO II
DO CONTRIBUINTE

Art. 8º - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único - Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto, o titular do domínio útil, o justo possuidor, o titular do direito de usufruto ou uso, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente à União, aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal, ou a qualquer pessoa isenta do imposto ou a ele imune.

Art. 9º - Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento do tributo, não têm validade para modificação do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

CAPÍTULO III
DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Art. 10 - Serão inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal os imóveis mencionados no Capítulo I, edificados ou não, inclusive os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais, ainda que seus titulares não estejam sujeitos ao imposto.

Parágrafo único - A cada imóvel deverá corresponder uma inscrição imobiliária.

Art. 11 - A inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário Fiscal será promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal;

II - por qualquer um dos condôminos, quando as unidades não constituam propriedades autônomas;

III - pelo promitente comprador;

IV - pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor;

V - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;

VI - de ofício.

Art. 12 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a apresentar à repartição, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da respectiva averbação no Cartório de Registro de Imóveis, memorial de loteamento, acompanhado de plantas e outros elementos necessários à caracterização dos imóveis, para fins de inscrição.

Art. 13 - A inscrição e os efeitos dela decorrentes não geram quaisquer direitos ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título.

Art. 14 - A inscrição promovida pelo contribuinte será acompanhada dos elementos necessários à perfeita definição da propriedade e de mais características do imóvel.

Art. 15 - O prazo de inscrição ou comunicação de alteração será de 30 (trinta) dias contado:

I - da data de aquisição do imóvel por instrumento público ou particular;

II - da demolição, ampliação ou redução de área construída;

III - da mudança de domicílio fiscal;

IV - da data da expedição, renovação ou substituição da Carta de "Habite-se";

V - da suspensão, não exercício ou reinício da atividade de administração de imóveis;

VI - da data de ocorrência de fatos que impliquem na cessação dos benefícios previstos no artigo 44.

Art. 16 - As declarações prestadas pelo contribuinte no ato da inscrição, não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer época.

Art. 17 - A inscrição, alteração ou retificação de ofício, não exime o infrator das multas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 18 - O Cadastro Imobiliário Fiscal será atualizado sempre que se verificar qualquer alteração de natureza física ou jurídica do imóvel.

Art. 19 - Até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao da operação, serão obrigatoriamente encaminhados à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais:

I - pelo serventuário da justiça, as comunicações de :

a) - atos e fatos relativos a imóveis;

b) - averbações, inscrições ou transcrições;

c) - contratos de locação.

II - pelos agentes que integram o Sistema Financeiro da Habitação, informações sobre:

a) - nome, domicílio e número do CPF do mutuário, quanto as transações realizadas nos termos do § 5º, do art. 61, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964;

b) - objeto de transação e suas características físicas;

c) - natureza e data do instrumento.

III - pelos órgãos responsáveis pela expedição:

a)- as cópias dos Alvarás de Construção;

b)- as cópias das Cartas de "Habite-se".

IV - pelos órgãos da Administração responsáveis pela lavratura:

a) - as cópias dos contratos ou das escrituras particulares.

Art. 20 - Na ocorrência de novos loteamentos, remembramentos ou desmembramentos de lotes, a Secretaria de Viação e Obras, por seu órgão próprio, fornecerá a Secretaria de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias,

contado da publicação do Decreto de aprovação, as respectivas plantas em escala que permita a identificação das unidades imobiliárias.

CAPÍTULO IV

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 21 - A base de cálculo do imposto é o valor venal o imóvel apurado anualmente através de avaliação administrativa.

Art. 22 - Na avaliação a Secretaria de Finanças considerará s seguintes elementos:

I - quanto à edificação:

a) - o padrão ou tipo de construção;

b) - área construída;

c) - o valor unitário do metro quadrado;

d) - o estado de conservação;

e) - os serviços públicos ou de utilidade pública existentes;

f) - o índice de valorização do logradouro, quadra ou setor em que estiver situado o imóvel;

g) - os valores aferidos no mercado imobiliário;

h) - coeficientes de ajustamento e outros dados informativos obtidos pela repartição.

II - quanto ao terreno:

a) - a área, a forma, as dimensões, a localização, os acidentes geográficos e outras características;

b) - a área destinada à construção;

c) - o gabarito;

d) - sua destinação ou natureza da utilização;

e) - os fatores indicados nas alínea "e", "f", "g" e "h" do inciso anterior.

Parágrafo único - Os coeficientes de ajustamento serão fixados pelo Secretário de Finanças atendendo às razões de ordem sócio-econômica.

Art. 23 - Para apuração do valor venal não serão considerados s bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, embelezamento ou comodidade.

CAPÍTULO V

DO CÁLCULO E ALÍQUOTA DO IMPOSTO

Art. 24 - O imposto será calculado sobre o valor venal do imóvel, apurado nos termos do artigo 21, à razão das seguintes alíquotas:

I - 3% (três por cento) sobre o valor venal do terreno não edificado;

II - 1% (um por cento) sobre o valor do imóvel quanto aos terrenos edificados;

III - 3% (três por cento) quanto aos imóveis com edificações em construção, demolição, condenados ou em ruínas, quando nesses se constatarem dependências suscetíveis de utilização ou locação, calculado sobre o valor do imóvel, computados, apenas, o valor destas dependências e do terreno;

IV - 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) quanto aos imóveis edificados, exclusivamente residenciais, ocupados pelo proprietário, promitente comprador, cessionário da promessa ou por quem tenha sobre o imóvel direito real de usufruto, uso ou habitação.

Art. 25 - Considera-se edificado, para fins deste imposto, apenas o imóvel portador de Carta de "Habite-se", fornecida pela Repartição Fiscal competente.

Art. 26 - Os imóveis considerados edificados para fins de lançamentos anteriores à data deste Regulamento, nos termos das respectivas legislações, ficam excluídos do disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO VI

DO LANÇAMENTO

Art. 27 - O lançamento do imposto é anual e será feito à vista dos elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo Fisco.

Parágrafo único - O lançamento conterá obrigatoriamente:

a) - o nome do sujeito passivo;

b) - a identificação do imóvel;

c) - o montante do tributo devido.

Art. 28 - O contribuinte terá ciência do lançamento através de edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 29 - O lançamento será feito em nome do proprietário do imóvel, titular do seu domínio útil ou seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único - Na hipótese de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários. Em se tratando, porém, de condomínio cujas unidades, nos termos da lei civil, se constituam em propriedades autônomas, o imposto será lançado em nome individual dos respectivos proprietários das unidades.

Art. 30 - A retificação de informação, por iniciativa do próprio declarante, quando vise reduzir ou excluir o tributo, só será admissível mediante comprovação de erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

Art. 31 - O imposto que gravar o imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio.

Art. 32 - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, substitutivos, bem como retificadas falhas dos lançamentos existentes.

§ 1º - A comunicação do lançamento efetuada nos termos deste artigo será feita por edital ou notificação pessoal ao contribuinte.

§ 2º - Os lançamentos relativos a exercícios anteriores serão feitos de conformidade com os valores e disposições legais das épocas a que os mesmos se referirem.

Art. 33 - Em hipótese alguma o pagamento do imposto poderá ser exigido em sua totalidade, antes de decorridos 30 (trinta) dias da data da publicação do aviso geral ou da comunicação pessoal feita ao contribuinte.

CAPÍTULO VII

DO RECOLHIMENTO

Art. 34 - Ressalvado o disposto no art. 45, o recolhimento do imposto poderá ser exigido de uma só vez ou em até 5 (cinco) parcelas, conforme calendário estabelecido pelo Secretário de Finanças, obedecendo os seguintes critérios:

I - se o imposto for inferior a 40% do Valor de Referência (VR) deverá ser recolhido de uma só vez;

II - se o imposto for superior ou igual a 40% do Valor de Re

ferência (VR) será permitido o parcelamento com parcelas nunca inferiores a 20% do Valor de Referência.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo o Valor de Referência (VR) a ser considerado será o vigente à data do fato gerador.

§ 2º - Para o cálculo do valor do imposto serão desprezadas as frações de Cr$.0,10 (dez centavos).

§ 3º - As parcelas serão iguais e sucessivas exceto a última, que deverá incorporar o resto da divisão.

§ 4º - O calendário fixará, entre outros elementos, a data do início da cobrança do imposto.

Art. 35 - O Secretário de Finanças poderá conceder desconto pelo pagamento antecipado do imposto.

CAPÍTULO VIII

DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO

Art. 36 - O contribuinte que não concordar com o lançamento do imposto poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da publicação do Edital de Lançamento ou da comunicação pessoal.

Parágrafo único - A reclamação far-se-á por petição dirigida ao Diretor da Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, facultada a juntada de documentos.

Art. 37 - Apresentada a reclamação, o órgão responsável pelo lançamento se pronunciará no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 38 - As reclamações não serão decididas sem a informação do órgão responsável pelo lançamento.

Art. 39 - A reclamação suspende a exigibilidade do imposto, aplicando-se aos casos não providos, os acréscimos legais.

Art. 40 - Se dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo, a reclamação não tiver sido julgada, é facultado ao reclamante requerer ao Presidente da Junta de Recursos Fiscais a avocação dos autos, considerando, neste caso, o julgamento prolatado a favor do reclamante.

CAPÍTULO IX

DAS ISENÇÕES E IMUNIDADES

Art. 41 - Estão isentos do imposto:

I - A Fundação Universidade de Brasília e as Fundações instituídas pelo Distrito Federal, relativamente aos imóveis utilizados nos seus próprios serviços;

II - os Estados estrangeiros quanto aos imóveis ocupados pelas sedes das respectivas-Embaixadas e Consulados e quanto aos de residência dos agentes diplomáticos acreditados no País, desde que igual favor seja assegurado, reciprocamente, ao Governo Brasileiro;

III - os componentes da Força Expedicionária Brasileira que, comprovadamente, tenham participado de operações bélicas pelo prazo e termos da Lei nº 5.755, de 03 de dezembro de 1971;

IV - quaisquer entidades religiosas quanto aos imóveis destinados à construção dos respectivos templos de culto;

V - outras pessoas de direito público ou privado beneficiadas por leis especiais.

Art. 42 - A isenção, quando não concedida em caráter geral, será reconhecida, em cada caso, por despacho da autoridade competente, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e de cumprimento dos requisitos exigidos em lei.

Parágrafo único - O despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

Art. 43 - As isenções deverão ser requeridas até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano.

Art. 44 - Ficam dispensadas da obrigação de requerer imunidade as entidades que já obtiveram seu reconhecimento em exercícios anteriores desde que mantidas as condições necessárias à sua concessão.

Parágrafo único - Constatando-se que o contribuinte deixou de comunicar à repartição, a cessação das condições que implicaram no benefício, será o imposto cobrado acrescido de penalidades, sem prejuízo da multa cabível e das sanções penais decorrentes, quando for o caso.

CAPÍTULO X

DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 45 - Iniciada a cobrança do imposto, as certidões negativas do tributo requeridas para lavratura, inscrição ou transcrição de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamento ou locação, somente serão expedidas à vista do pagamento integral do imposto lançado.

Art. 46 - As certidões negativas de tributos imobiliários terão validade até o dia anterior ao do início da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

§ 1º - Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente, observação sobre créditos vincendos, se houver.

§ 2º - Constando na certidão negativa observação quanto a créditos vincendos, pelos mesmos responde solidariamente o adquirente do imóvel.

§ 3º - Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responde solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Art. 47 - As certidões requeridas para os fins mencionados no artigo 45 somente serão expedidas antes de julgada a reclamação ou recurso, mediante depósito do valor integral do imposto lançado e dos acréscimos legais.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 48 - Ocorrendo a não ocupação do imóvel residencial, em 1º de janeiro de cada ano, por qualquer das pessoas mencionadas no inciso IV do art. 24, estão obrigados a apresentar a "Relação de Imóveis Residenciais não Ocupados pelo Proprietário":

I - os proprietários, os cessionários, os promitentes compradores ou quem tenha sobre os imóveis residenciais direito real de usufruto, uso ou habitação;

II - as pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, que tenham como atividade a administração de imóveis;

III - os síndicos de imóveis residenciais em condomínio.

Parágrafo único - A Relação de que trata este artigo será apresentada até o último dia útil do mês de janeiro.

Art. 49 - Os proprietários de imóveis edificados que tenham promovido ampliações da área construída sem expedição de nova Carta de "Habite-se", ficam obrigados a apresentar declaração à repartição fiscal, constando:

a) - área constante da Carta de "Habite-se";

b) - área atual.

Parágrafo único - A declaração será feita em modelo próprio, fornecido pela repartição, protocolizada no prazo previsto no artigo 48.

CAPÍTULO XII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES

Art. 50 - Constitui infração, a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe em inobservância, por parte do contribuinte ou responsável, das normas e prazos fixados neste Regulamento.

SEÇÃO II

DAS PENALIDADES

Art. 51 - Os infratores às disposições deste Regulamento sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - multas;

II - Sistema Especial de Fiscalização;

III - proibição de transacionar com os órgãos integrantes da estrutura administrativa do Distrito Federal.

Art. 52 - As infrações serão punidas com as seguintes multas:

I - imposto não recolhido no prazo:

a) - 5% (cinco por cento), quando o pagamento se verificar nos 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo fixado;

b) - 10% (dez por cento), depois de 30 (trinta) dias até 60 (sesenta) dias;

c) - 20% (vinte por cento) depois de 60 (sessenta) dias.

II falta de apresentação da "Relação de Imóveis não Ocupados pelo Proprietário" constatada mediante ação fiscal, multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência , por imóvel omitido;

III - atraso na apresentação da "Relação de Imóveis não Ocupados pelo Proprietário":

a) - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência quando o atraso for de até 30 (trinta) dias;

b) - multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias;

IV - atraso na inscrição ou comunicação de alteração de que trata o artigo 15 deste Regulamento, que não resulte falta ou redução de pagamento do tributo, multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

V - omissão de informações mencionadas no artigo 15 que impliquem na redução ou dispensa do imposto:

a) - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência quando verificada mediante comparecimento espontâneo do contribuinte ou responsável;

b) - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência quando verificada mediante ação fiscal.

SEÇÃO III

DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

Art. 53 - Os créditos tributários e as multas que lhes forem acrescidas, terão o seu valor atualizado monetariamente em função da variação do poder aquisitivo da moeda, segundo coeficientes fixados pela autoridade federal competente, nos termos da legislação que rege a matéria.

Art. 54 - A correção monetária será efetuada trimestralmente , constituindo período inicial o trimestre civil seguinte ao em que houver expirado o prazo para o recolhimento do tributo.

Art. 55 - O imposto não pago no vencimento será acrescido de juros de mora calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

CAPÍTULO XIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56 - A fiscalização do imposto compete às autoridades e funcionários fiscais da Secretaria de Finanças e será exercida:

a) - em toda a zona urbana definida no artigo 2º;

b) - junto aos órgãos componentes do Sistema Financeiro da Habitação;

c) - nos Cartórios de Notas e Registros de Imóveis e Registro Civil;

d) - nos estabelecimentos de pessoas físicas e jurídicas que tenham atividade imobiliária;

e) - demais órgãos que pratiquem atos que afetem a incidência, o cálculo, o lançamento e a cobrança do tributo.

Art. 57 - Todas as edificações e terrenos ficam sujeitos à fiscalização, não podendo seus proprietários, possuidores, administradores ou locatários impedir visita de Agentes da Fiscalização ou negar-lhes informações de interesse da Fazenda Pública.

Art. 58 - Os tabeliães, escrivães, oficiais do registro de imóveis ou quaisquer outros serventuários da justiça não poderão lavrar escrituras de transferências nem transcrição ou inscrição de atos relativos a imóvel, lavrar termos, expedir instrumentos ou títulos relativos a atos de transmissão de imóveis ou direitos a eles relativos, sem a respectiva certidão negativa ou declaração de reconhecimento de isenção ou imunidade.

Parágrafo único - Os serventuários referidos neste artigo ficam obrigados a facilitar a fiscalização no exame, em Cartório, dos livros, registros e outros documentos e a fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos, concernentes a imóveis ou direitos à eles relativos.

Art. 59 - Os documentos ou certidões comprobatórias da quitação ou reconhecimento de isenção e imunidade, que serão transcritos nas escrituras de transferências do imóvel, na forma da lei, serão arquivados em Cartório, para exame, a qualquer tempo, pelas autoridades e funcionários fiscais.

Art. 60 - No cumprimento de suas obrigações os Agentes procurarão apurar, entre outros fatos:

a) - a comprovação de apresentação de certidão negativa, nos casos exigidos;

b) - existência de área construída, não tributada por ausência de comunicação;

c) - a locação ou ocupação a qualquer título de imóveis por pessoas que não o proprietário, sem o devido fornecimento da "Relação de Imóveis não Ocupados pelo Proprietário";

d) - as informações e declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável;

e) - a revisão e conferência periódica das informações prestadas pelos órgãos mencionados no artigo 19, com os registros constantes dos respectivos livros e arquivos.

Art. 61 - No cumprimento da fiscalização, os Agentes fiscais poderão lavrar intimações, notificações e Autos de Infração, iniciando-se o processo administrativo fiscal nos termos do Livro Terceiro da Lei nº 4.191 , de 24 de dezembro de 1972.

Parágrafo único - A ação fiscal, para efeito de graduação de multas, será caracterizada a partir da lavratura de intimação ou Auto de Infração.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 - Os documentos de arrecadação do imposto de imóveis edificados serão encaminhados ao endereço respectivo, salvo se houver domicílio fiscal declarado pelo contribuinte.

Art. 63 - Os responsáveis pelo pagamento do imposto referente a imóveis não edificados que não tiverem domicílio fiscal declarado, deverão retirar os documentos de arrecadação respectivos nos locais indicados pela Secretaria de Finanças.

Art. 64 - A falta de recebimento do documento de arrecadação não implica em desconhecimento do crédito fiscal nem em prorrogação do prazo de vencimento do imposto.

Art. 65 - Os prazos fixados neste Regulamento serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 66 - O Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças, poderá baixar normas complementares visando a aplicação deste Regulamento.

Art. 67 - Na administração e cobrança do imposto, aplicar-se-ão as normas gerais de direito tributário instituídas pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 68 - Fica o Departamento da Receita autorizado a promover o cancelamento de todos os créditos prescritos oriundos do imposto.

DECRETO Nº. 3.522 DE 28 DE DEZEMBRO DE 19 76

Aprova o Regulamento do Imposto Sobre Serviços, na forma do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, com as alterações dos Decretos-leis nºs 406, de 31 de dezembro de 1968 e 834, de 8 de setembro de 1968, observado o disposto na Lei nº 6.392, de 9 de dezembro de 1976 e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, item II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - É aprovado o Regulamento do Imposto Sobre Serviços, que com este baixa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.977, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 28 de dezembro de 1976.
89º da República e 17º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº3522 DE 28 DE dezembro DE 1976

TÍTULO I

DO IMPOSTO

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 1º - O Imposto sobre Serviços tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista abaixo:

1 Médicos, dentistas e veterinários

2 Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópticos, fono-audiólogos, psicólogos

3 Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica

4 Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica

5 Advogados ou provisionados

6 Agentes da propriedade industrial

7 Agentes da propriedade artística ou literária

8 Peritos e avaliadores

9 Tradutores e intérpretes

10 Despachantes

11 Economistas

12 Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade

13 Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorado pelo prestador do serviço)

14 Datilografia, estenografia, secretaria e expediente

15 Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras)

16 Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados

17 Engenheiros, arquitetos, urbanistas

18 Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos

19 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao ICM)

20 Demolição; conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres

(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao ICM)

21 Limpeza de imóveis

22 Raspagem e lustração de assoalhos

23 Desinfecção e higienização

24 Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado)

25 Barbeiros, cabeleireiros, "manicures", "pedicures", tratamento da pele e outros serviços de salões de beleza

26 Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres

27 Transporte e comunicações, de natureza estritamente municipal

28 Diversões públicas:

a) teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, "taxi-dancings" e congêneres;

b) exposições com cobrança de ingresso;

c) bilhares, boliches e outros jogos permitidos;

d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres;

e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão;

f) execução de música, individualmente ou por conjunto;

g) fornecimento de música mediante transmissão, por qualquer processo.

29 Organização de festas; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitas ao ICM)

30 Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo

31 Intermediação, inclusive, corretagem de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos Itens 58 e 59

32 Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59

33 Análises técnicas

34 Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres

35 Propaganda e publicidade, inclusive, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio

36 Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga, descar

ga, arrumação e guarda de bens, inclusive, guarda-móveis e serviços correlatos

37 Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras)

38 Guarda e estacionamento de veículos

39 Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços)

40 Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41)

41 Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias)

42 Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias)

43 Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados à comercialização ou industrialização

44 Ensino de qualquer grau ou natureza

45 Alfaiates, modistas, costureiros, prestados ao usuário final, quando o material, salvo o de aviamento, seja fornecido pelo usuário

46 Tinturaria e lavanderia

47 Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização

48 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço ao poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica)

49 Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço

50 Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de "video-tapes" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora

51 Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior

52 Locação de bens móveis

53 Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia

54 Guarda, tratamento e amestramento de animais

55 Florestamento e reflorestamento

56 Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para a execução que fica sujeito ao ICM)

57 Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos

58 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros

59 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedades de corretores, regularmente autorizadas a funcionar)

60 Encadernação de livros e revistas

61 Aerofotogrametria

62 Cobranças, inclusive de direitos autorais

63 Distribuição de filmes cinematográficos e de "video-tapes"

64 Distribuição e venda de bilhetes de loteria

65 Empresas funerárias

66 Taxidermista

Art. 2º - Os serviços mencionados na lista a que se refere o artigo anterior ficam sujeitos apenas ao imposto sobre serviços, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Art. 3º - O fato gerador do imposto independe do resultado financeiro do exercício da atividade, sendo suficiente, à incidência, a simples prática de atos reveladores da efetiva prestação de serviços.

Art. 4º - O fato gerador do imposto independe:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou de seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade.

SEÇÃO II

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 5º - Considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador, ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

II - no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

Parágrafo único - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

CAPÍTULO II

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 6º - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º - O valor do serviço, para efeito de apuração da base de cálculo, será obtido:

I - pela receita mensal do contribuinte, quando se tratar de prestação de serviço de caráter permanente;

II - pelo preço cobrado, quando se tratar de prestação de serviço de caráter eventual, seja descontínua ou isolada.

§ 2º - A caracterização do serviço, em função de sua permanente execução ou eventual prestação, apurar-se-á, a critério da autoridade administrativa, levando-se em consideração a habitualidade com que o prestador desempenhar a atividade.

Art. 7º - Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação do serviço, seja na conta ou não.

§ 1º - Incorporam-se ao preço do serviço os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.

§ 2º - Quando a contraprestação se verificar através de troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de merca-

dorias, o preço do serviço, para base de cálculo do imposto, será o preço corrente na praça.

§ 3º - No caso de concessão de descontos ou abatimentos sujeitos à condição, o preço-base para o cálculo será o preço normal, sem levar em conta essa concessão.

§ 4º - No caso de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade, incluem-se na base de cálculo os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado.

Art. 8º - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 previstos no artigo 1º, o imposto será calculado sobre o preço cobrado, deduzidas as parcelas correspondentes ao valor dos materiais fornecidos e aplicados no período pelo prestador dos serviços e ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 1º - A regra contida neste artigo, quanto à dedução dos valores dos materiais fornecidos e aplicados no período pelo prestador dos serviços, aplica-se às subempreitadas.

§ 2º - Considera-se preço do serviço, para efeito de fixação da base de cálculo do imposto, na execução de obra por administração, a taxa de administração, acrescida do valor da mão-de-obra e respectivos encargos sociais, ainda que tais despesas sejam de responsabilidade de terceiros.

Art. 9º - A base de cálculo do imposto incidente sobre jogos e diversões públicas, em recinto fechado, ou ao ar livre, em que haja emissão de bilhetes de ingresso, por qualquer sistema, inclusive de guarda de chapéus, posse de mesa, cartões de contra-dança, tabelas, cartelas ou cautelas, "tickets", pules ou outro qualquer, é o preço de cada entrada ou admissão ao jogo ou diversão pública.

§ 1º - Não havendo cobrança para entrada ou admissão, a base de cálculo será o preço fixado no contrato da promoção.

§ 2º - O preço da entrada ou admissão de cortesia não será abatido da base de cálculo prevista neste artigo.

Art. 10 - A base de cálculo do imposto incidente sobre a distribuição e venda de bilhetes de loteria, é o valor da comissão recebida.

Art. 11 - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, a base de cálculo será o Valor de Referência fixado na legislação federal, vigente na data do lançamento do imposto, mediante a aplicação dos seguintes coeficientes:

I - profissional liberal com curso superior ou legalmente equiparado 3,00

II - profissional liberal de nível de 2º grau ou legalmente equiparado 2,20

III - artífice ou artesão 1,00

IV - agente, representante, despachante, corretor, intermediador, leiloeiro, perito, avaliador, intérprete, tradutor, comissário, propagandista, desenhista, decorador e mestre de obras 2,00

V - profissional autônomo na execução de serviços mencionados nos itens 21, 22, 23, 24, 25 e 27 do artigo 1º 1,20

VI - demais profissionais não incluídos nos incisos anteriores 1,50

§ 1º - Quando a prestação de serviços, pelo profissional autônomo, não ocorrer sob a forma de trabalho pessoal e, verificada a equiparação prevista no parágrafo 2º, alíneas "a" e "b" do artigo 17, o imposto terá como base de cálculo o preço do servico, aplicando-se a alíquota correspondente para a atividade exercida ou a predominante.

§ 2º - Quando os serviços a que se referem os itens 1, 2, 3, 5, 6, 11, 12 e 17 constantes do artigo 1º, forem prestados por sociedades unipro fissionais, a base de cálculo será a prevista neste artigo e o imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo a responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 3º - Ressalvadas as excessões contidas nos parágrafos anteriores o coeficiente aplicado para efeito de cálculo do imposto será proporcional ao número de trimestres ou fração do trimestre em que o profissional autônomo exercer atividade tributável.

Art. 12 - O disposto no § 2º do artigo anterior não se aplica às sociedades em que exista:

I - sócio não habilitado ao exercício da atividade correspondente aos serviços prestados pela sociedade;

II - sócio pessoa jurídica;

III - mais de dois empregados não habilitados, nos termos do inciso I, em relação a cada sócio profissionalmente habilitado.

§ 1º - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a sociedade pagará o imposto tomando como base de cálculo o preço cobrado pela execução dos serviços.

Art. 13 - As alíquotas para a cobrança do imposto, quando o preço do serviço for utilizado como base de cálculo, serão as seguintes:

I	- execução de obras hidráulicas ou de construção civil	2%
II	- jogos e diversões públicas	10%
III	- transportes coletivos	1%
IV	- outras prestações de serviços	5%

Art. 14 - Para a empresa ou profissional autônomo que, face a natureza de suas atividades, possa enquadrar-se em mais de um item da lista constante do artigo 1º e/ou em mais de um coeficiente a que se refere o artigo 11, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota ou coeficiente correspondente à atividade predominante.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo considera-se atividade predominante aquela que gerar maior receita tributável no período de apuração.

Art. 15 - O preço dos serviços poderá ser arbitrado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, quando:

I - o contribuinte não possuir ou deixar de exibir ao Fisco os elementos necessários à comprovação da exatidão do valor das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

II - os livros e documentos fiscais ou comerciais, exibidos ou emitidos pelo sujeito passivo ou terceiro legalmente obrigado, não mereçam fé ou sejam omissos pela inobservância de formalidades extrínsicas ou intrínsecas;

III - o contribuinte não prestar, após regularmente notificado, os esclarecimentos ou informações exigidos pelo Fisco, prestá-los de modo insuficiente ou quando os mesmos não mereçam fé;

IV houver fundada suspeita de que os documentos fiscais emitidos não retratem o preço real dos serviços;

V - o contribuinte ou responsável falsificar livros, documentos de arrecadação ou quaisquer outros documentos, visando a sonegação do tributo; iludir, embaraçar ou impedir, por qualquer meio, a ação do Fisco;

VI - o sujeito passivo exercer qualquer atividade que implique

realização de operação tributável, sem que esteja previamente inscrito na repartição fiscal competente.

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas neste artigo, o arbitramento será fixado, observando-se, entre outros, um ou mais dos seguintes elementos:

I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos pelo mesmo ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - as condições peculiares do contribuinte;

III - os elementos que exteriorizem a situação econômico-financeira do contribuinte;

IV - o preço corrente dos serviços, à época a que se referir a apuração.

Art. 16 - O preço dos serviços poderá ser estimado nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cujas atividades, espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico.

CAPÍTULO III

DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 17 - Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§ 1º - Prestador do serviço para efeito deste artigo pode se configurar como:

I - profissional autônomo, ou seja, todo aquele que fornecer o próprio trabalho sem vínculo empregatício, com auxílio de, no máximo, dois empregados que não possuam a mesma qualificação profissional do empregador;

II - empresa, ou seja:

a) - a pessoa física que admita para o exercício de sua atividade profissional mais de dois empregados;

b) - toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive, a sociedade civil de direito ou de fato, que exercer atividade econômica de prestação de serviços; e

c) - firma individual que exercer atividade econômica de prestação de serviço.

§ 2º - Equipara-se à empresa, para efeito de pagamento do imposto, o profissional autônomo que:

a) - utilizar mais de dois empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados; e

b) - não comprovar sua inscrição no cadastro fiscal da repartição competente.

Art. 18 - Não são contribuintes os que prestarem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos e os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 19 - Toda pessoa jurídica que se utilizar de serviços prestados por empresa ou profissional autônomo, fica solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a ela prestados, se não exigir dos mesmos a comprovação da respectiva inscrição fiscal, no órgão competente.

Parágrafo único - Quando o prestador do serviço, ainda que autônomo, não fizer prova de sua inscrição fiscal, nos termos do artigo 56, o usuário deverá reter o imposto devido e recolhê-lo, em seu nome, à Fazenda do Distrito Federal, no prazo do inciso II, do artigo 34, em documento de arrecadação separado.

Art. 20 - Quando não efetuar a retenção prevista no parágrafo único do artigo anterior, o usuário do serviço ficará responsável pelo pagamento do imposto devido, salvo se comprovado o recolhimento do seu montante pelo prestador do serviço.

Art. 21 - A pessoa jurídica, ainda que imune ou favorecida por isenção, fica sujeita às regras dos artigos 19 e seu parágrafo único e 20.

Art. 22 - Mediante acordo firmado entre a Secretaria de Finanças e o tomador do serviço devidamente inscrito no Cadastro Fiscal poderá ser estabelecida a condição de contribuinte substituto, para a realização de serviços de natureza técnica ou de construção civil especializada que, mesmo prestado

em caráter habitual, não demande período superior a cento e vinte dias.

§ 1º - O acordo de que trata este artigo apenas poderá ser firmado quando o prestador do serviço for estabelecido em outra Unidade da Federação e o regime de retenção do imposto na fonte se consubstanciar em simplificação e racionalidade de obrigações tributárias acessórias.

§ 2º - Poderão ser dispensados de escrituração de livros e emissão de documentos fiscais próprios os prestadores de serviços que tiverem o imposto recolhido na forma do que dispõe este artigo.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, o acordo firmado disporá quanto à forma e indicações dos documentos fiscais substitutos, que poderão recair nos utilizados pelo próprio contratante dos serviços.

§ 4º - A Secretaria de Finanças baixará ato dispondo sobre a aplicação do sistema previsto neste artigo.

CAPÍTULO IV

DO LANÇAMENTO

Art. 23 - Os atos formais relativos ao lançamento do imposto ficarão a cargo dos órgãos fazendários competentes e dos próprios contribuintes.

§ 1º - O lançamento será feito de ofício quando o preço do serviço for arbitrado ou estimado na forma do disposto nos artigos 15 e 16, respectivamente.

§ 2º - O lançamento do imposto, a cargo do órgão fazendário, será feito anualmente com base nos elementos constantes do cadastro fiscal e na declaração que o sujeito passivo ou terceiros prestar à autoridade administrativa.

§ 3º - O lançamento conterá abrigatoriamente:

a) nome do sujeito passivo;

b) número da inscrição;

c) endereço onde exerce a atividade;

d) o montante do imposto devido.

§ 4º - O profissional autônomo terá ciência do lançamento através de edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 5º - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, substitutivos, bem como retificadas falhas dos lançamentos existentes.

§ 6º - A comunicação do lançamento previsto no parágrafo ante

rior, será feito por edital ou notificação pessoal feita ao contribuinte.

§ 7º - Os lançamentos relativos a exercícios anteriores serão feitos de conformidade com os Valores de Referência e disposições legais das épocas a que os mesmos se referirem.

Art. 24 - As sociedades de profissionais, de que trata o § 2º do artigo 11, com base no seu Registro de Empregados e em outros elementos, ficam responsáveis pelo lançamento mensal do imposto em seu nome, relativamente a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que lhe tenha prestado serviços no mês, que será calculado à razão de um doze avos dos coeficientes correspondentes.

Parágrafo único - As sociedades mencionadas neste artigo, serão obrigadas a apresentar até o dia 20 do mês de janeiro de cada ano, relação dos profissionais citados, que, de qualquer forma prestaram, durante o exercício anterior, serviços à sociedade.

I - A relação deverá conter:

a) as características fiscais da sociedade;
b) o nome do profissional;
c) o endereço;
d) a inscrição no cadastro fiscal próprio, se houver;
e) definição do vínculo contratual (proprietário, sócio, empregado ou comissionado);
f) o tipo de serviço prestado;
g) data da admissão e demissão;
h) a assinatura do responsável;
i) número do Cartão de Identificação do Contribuinte (Ministério da Fazenda).

II - No caso de encerramento das atividades da sociedade, a relação de que trata este parágrafo será apresentada juntamente com o pedido de baixa da inscrição.

Art. 25 - O lançamento do imposto de que tratam o § 2º do artigo 23 e o artigo 24, no caso de encerramento de atividade, será procedido, se ainda não ocorrido, no ato da apresentação do pedido de baixa de inscrição.

Art. 26 - O lançamento do imposto de que tratam o inciso II do § 1º e § 2º do artigo 17, a cargo do contribuinte, será feito mensalmente com base nos elementos das escritas fiscal e comercial, ressalvado ao Fisco a apu-

ração de diferença decorrente de erro de cálculo ou de interpretação.

§ 1º - O contribuinte calculará o imposto mediante a aplicação da alíquota própria sobre a base de cálculo correspondente e efetuará o pagamento devido sem prévio exame da autoridade fazendária.

§ 2º - O lançamento do imposto operar-se-á pelo ato em que a autoridade administrativa, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte na forma deste artigo, expressamente o homologa.

§ 3º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, sem que a Fazenda pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 27 - A omissão ou erro de lançamento não aproveita ao contribuinte.

Art. 28 - A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributos, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, antes da notificação do lançamento.

Art. 29 - Os erros contidos na declaração e apurados pelo Fisco serão retificados de ofício pela autoridade administrativa encarregada da revisão.

Art. 30 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo seguinte.

Art. 31 - O lançamento será efetuado ou revisto de ofício nos seguintes casos:

I - quando a declaração nao seja prestada, por quem de direito, nos prazos e formas deste Regulamento;

II - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declarações nos termos do inciso anterior, deixe de atender pedido de esclarecimento pela autoridade administrativa, ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

III - quando se comprove inexatidão, erro, omissão ou falsidade de declaração.

Art. 32 - As sociedades profissionais, que não promoverem o lançamento previsto no artigo 24, terão seu imposto lançado de ofício com base nos elementos do cadastro fiscal e em outros que a autoridade administrativa julgar conveniente, sem prejuízo das comunicações cabíveis.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO

Art. 33 - O pagamento do imposto será feito através da rede bancária autorizada ou de órgão próprio da Secretaria de Finanças, mediante documento de arrecadação ou qualquer outro aprovado pela repartição competente.

§ 1º - O pagamento do imposto mediante comprovante de arrecadação importará em quitação do crédito tributário, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte a satisfazer diferença que venha a ser apurada.

§ 2º - Os comprovantes de arrecadação serão preenchidos:

I - pelos órgãos fazendários, nos casos de lançamento de ofício;

II - pelos contribuintes, nos demais casos.

SEÇÃO I

DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

Art. 34 - O imposto será pago nos seguintes prazos:

I - profissionais autônomos:

1º trimestre, até 20 de março;

2º trimestre, até 20 de junho;

3º trimestre, até 20 de setembro;

4º trimestre, até 20 de dezembro;

II - empresas ou contribuintes a elas equiparados, retenção na fonte e sociedades de profissionais-até o dia 20 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador;

III - atividades provisórias, com o preço do serviço arbitrado ou estimado e a situação prevista no final do art. 25 - no ato do lançamento.

Art. 35 - Os profissionais autônomos no primeiro ano de atividade, pagarão o imposto, no ato da inscrição, proporcionalmente ao número de trimestres ou fração em relação ao início de suas atividades, e os trimestres seguintes conforme fixado no inciso I do artigo anterior.

Parágrafo único - No encerramento das atividades o imposto será

pago proporcionalmente ao número de trimestres ou fração já transcorridos.

Art. 36 - Quando a atividade tributável for exercida por estabelecimentos autônomos, o imposto será pago em relação a cada um deles.

Art. 37 - Ainda que não se verifique qualquer operação, o contribuinte fica obrigado à apresentação de documento de arrecadação correspondente ao período, no prazo concedido no artigo 34, fazendo constar, suscintamente, o motivo da ausência de operação.

Art. 38 - O contribuinte cujas atividades estejam amparadas por imunidade, não incidência ou isenção poderá, a critério da autoridade administrativa competente, ser dispensado de apresentar o documento de arrecadação.

TÍTULO II

DA RESTITUIÇÃO

Art. 39 - O imposto indevidamente pago, poderá ser restituído, a requerimento da parte interessada, em moeda corrente ou compensado através de estorno contábil, a critério do órgão competente.

§ 1º - O requerimento de restituição será dirigido ao Secretário de Finanças, ficando o deferimento subordinado à prova do pagamento indevido e ao fato de não haver sido o valor do imposto recebido de outrem ou transferido a terceiros.

§ 2º - O terceiro que faça prova de haver suportado o encargo financeiro do imposto indevidamente pago, subroga-se no direito daquele à restituição respectiva.

§ 3º - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data do pagamento indevido.

Art. 40 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos acréscimos moratórios e das multas, salvo as referentes a infrações de caráter formal, não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 41 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando, a juízo da administração, se torne necessário à verificação da procedência do requerido.

Art. 42 - Não serão restituídas as penalidades pecuniárias pagas anteriormente à vigência de lei que abolir ou diminuir a pena fiscal.

Art. 43 - O pedido de restituição deverá ser instruído com com

provante original do pagamento ou cópia fotostática do respectivo documento devidamente autenticado.

Art. 44 - Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas restantes, a partir da data da decisão definitiva, na esfera administrativa.

CAPÍTULO VI

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 45 - O imposto não incide:

I - sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na lista de serviços a que se refere o artigo 1º deste Regulamento, que fica sujeito ao imposto sobre a Circulação de Mercadorias;

II - sobre as pessoas físicas ou jurídicas no que se refere às atividades de que forem usuários ou consumidores finais.

CAPÍTULO VII

DAS ISENÇÕES

Art. 46 - Estão isentos do imposto:

I - a execução, por administração, empreitada e subempreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;

II - os hospitais, casas de saúde e ambulatórios, no que concerne às suas atividades específicas;

III - as empresas editoras de livros, jornais e revistas, por conta de terceiros;

IV - o locador de vagas em residências, com ou sem fornecimento de alimentação, desde que a receita bruta anual não exceda a 50 (cinquenta) vezes o Valor de Referência;

V - as empresas de radiodifusão e agências de notícias;

VI - os hotéis de primeira classe, tão somente no que se refere à hospedagem;

VII - as agências de turismo;

VIII - as entidades de caráter filantrópico, assistencial ou cultural, pelos espetáculos públicos que realizarem;

IX - os estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e de nível superior;

X - a Fundação Cultural do Distrito Federal e o Departamento de Turismo do Distrito Federal, pelas suas promoções;

XI - as empresas teatrais e circenses pelos seus espetáculos, inclusive concertos e exibições artísticas ou culturais;

XII - as federações e os clubes desportivos, com sede no Distrito Federal, pelas competições desportivas que realizarem;

XIII - a Rede Ferroviária Federal S.A., enquanto subvencionada pelo Tesouro Nacional.

§ 1º - A isenção a que se refere o inciso VI deste artigo, será concedida na forma e prazo previstos no Decreto nº 2.830, de 29 de janeiro de 1975.

§ 2º - A isenção conferida no inciso VII deste artigo, que vigorará sempre por prazo determinado, será objeto de regulamentação própria.

§ 3º - Os serviços de engenharia consultiva a que se refere o inciso I deste artigo, são os seguintes:

a) - elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;

b) - elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia; e

c) - fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DA INSCRIÇÃO

Art. 47 - Toda pessoa física ou jurídica, cuja atividade esteja sujeita ao imposto, ainda que imune ou não tributada fica obrigada a inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ISS, antes do início atividades de funcionamento da empresa ou do exercício da profissão.

Parágrafo único - A comprovação do início das atividades será feita:

I - pela constatação, através da fiscalização, do efetivo funcionamento ou exercício do contribuinte;

II - pelas declarações prestadas no formulário de inscrição ou em outro documento;

III - pelas declarações constantes nos atos de constituição devidamente registrados.

Art. 48 - Será exigida uma inscrição para cada estabelecimento autônomo.

§ 1º - Considera-se estabelecimento autônomo para os efeitos deste Regulamento:

I - os que, embora no mesmo local, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que com idêntico ramo de atividade;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

§ 2º - Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna.

§ 3º - Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito exclusivo de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS, manutenção de livros e documentos fiscais e para pagamento do imposto relativo à atividade nele desenvolvida.

Art. 49 - Não são obrigadas a se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ISS as pessoas com atividade única de coleta de pedidos de serviços e/ou mercadorias, sob o regime exclusivo de emprego, quando tal atividade se vincule à representação de estabelecimentos comerciais ou industriais, desde que não tenham vínculos com a prestação do serviço ou a circulação de mercadorias.

Art. 50 - A inscrição será feita na Divisão da Receita da circunscrição fiscal do estabelecimento ou profissional autônomo.

Art. 51 - O pedido de inscrição será feito em formulário próprio, instituído pela repartição fiscal, no qual constará, além de outras, as seguintes informações:

I - nome ou razão social e domicílio do contribuinte;

II - inscrição e endereço da matriz, no caso de filial;

III - nome, endereço e o número de identidade e CPF dos sócios, titulares, representantes ou do profissional autônomo.

Art. 52 - O pedido de inscrição será instruído com os seguintes documentos, quando for o caso:

I - Atos Constitutivos da empresa ou sociedade ou Registro de firma individual, comprovante do exercício legal da atividade, todos devidamente registrados nos órgãos competentes;

II - Declaração de Localização, fornecida pelo órgão próprio;

III - Prova de propriedade, locação ou comodato do imóvel;

IV - Prova de inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC-MF;

V - Comprovante de identidade, de residência e do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF-MF;

VI - Comprovante de pagamento da contribuição sindical;

VII - Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, observado o disposto nas alíneas seguintes:

a) - em se tratando de estabelecimento dependente, relativamente à empresa;

b) - em se tratando de empresa nova, em relação aos sócios, devendo, neste caso, constar expressamente que os mesmos não são responsáveis isoladamente ou em conjunto com terceiros, por crédito tributário da Fazenda Pública do Distrito Federal;

c) - em se tratando de profissional autônomo ou sociedade de profissionais, relativamente a cada profissional.

Parágrafo único - Como complemento do pedido de inscrição, o contribuinte é obrigado a apresentar quaisquer documentos exigidos em Atos Normativos e a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério da autoridade administrativa, quaisquer informações que lhe forem solicitadas.

Art. 53 - As inscrições dos contribuintes serão revalidadas ou recadastradas de acordo com Ordem de Serviço a ser baixada pelo Departamento da Receita.

Parágrafo único - O não comparecimento do contribuinte para revalidar ou recadastrar a inscrição implicará no cancelamento de ofício da mesma sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 54 - Inscrito, o contribuinte receberá a Ficha de Inscrição Cadastral-FIC emitida por processamento de dados.

Art. 55 - Em caso de extravio, destruição ou perda da FIC, a requerimento do contribuinte ser-lhe-á fornecida nova via.

Art. 56 - Sempre que o contribuinte ajustar com outro a realização de qualquer operação, ficará obrigado a exibir sua Ficha de Inscrição Cadastral e exigir da outra parte o mesmo procedimento, salvo por motivo de força maior, quando ficará obrigado a, por escrito, declarar o número de sua inscrição.

Art. 57 - O número de inscrição no Cadastro de Contribuinte do ISS deverá constar em todos os contratos, convênios, ajustes ou qualquer outro documento firmado com terceiros para prestação de serviço.

Art. 58 - Far-se-á a apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral pelo contribuinte:

I - quando solicitada pela autoridade fiscal;

II - para renovação de licença ou registro de concessão de veículos de aluguel;

III - no trato de interesses junto aos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal

Art. 59 - A repartição fiscal poderá inscrever os contribuintes, de ofício, quando haja indícios do exercício da atividade.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, caberá aos contribuintes comprovar o não exercício da atividade, para cancelamento da inscrição.

Art. 60 - A inscrição ou a atualização de características poderá ser feita de ofício, quando constatada pela fiscalização ocorrência que lhe der causa, sem prejuízo das cominações legais.

Art. 61 - A inscrição é intransferível e no caso de qualquer alteração nas características, obrigará o contribuinte, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da ocorrência, a comunicar à repartição fiscal através de formulário próprio devidamente preenchido.

Parágrafo único - O formulário será instruído com os comprovantes das características alteradas.

Art. 62 - Ocorrendo as hipóteses de fusão, incorporação ou transformação de empresas, as partes interessadas deverão, concomitantemente, requerer a correspondente alteração.

CAPÍTULO II

DA BAIXA DE INSCRIÇÃO

Art. 63 - O contribuinte que encerrar suas atividades fica obrigado a requerer baixa de sua inscrição, em formulário próprio, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da última operação.

§ 1º - O pedido de baixa de inscrição assinado pelo contribuinte ou representante legal, será instruído com os seguintes livros e documentos:

I - Ficha de Inscrição Cadastral;

II - comprovantes de pagamento do ímposto;

III - livros fiscais e Diário;

IV - documentos fiscais, utilizados ou não;

V - Certidão Negativa de débito para com a Fazenda Pública do Distrito Federal;

VI - Declaração do órgão de autenticação, constando os livros autenticados e documentos autorizados para uso do contribuinte;

VII - demais documentos, a juízo da autoridade administrativa, necessários à instrução do processo.

§ 2º - Os profissionais autônomos e as sociedades de profissionais apresentarão apenas os documentos referidos nos incisos I, II e V, sujeitos ainda ao disposto no inciso VII.

§ 3º - Se o pedido de baixa de inscrição referir-se a filial, agência, sucursal ou qualquer outro estabelecimento dependente, será instruído com os documentos e livros de cada estabelecimento, facultado à fiscalização o exame dos registros do estabelecimento principal.

§ 4º - No caso de pedido de baixa de inscrição de estabelecimento dependente, fica dispensada a exigência de apresentação do Diário, no momento da entrega do pedido, devendo, entretanto, referido livro ser apresentado quando solicitado pela fiscalização.

Art. 64 - O contribuinte que paralizar suas atividades por prazo superior a 30 (trinta) dias, fica obrigado a comunicar tal ocorrência, por escrito, dentro de 5 (cinco) dias, à repartição fiscal de sua circunscrição, sob pena de suspensão e consequente cancelamento da inscrição.

Art. 65 - O contribuinte não localizado no domicílio fiscal eleito terá sua inscrição baixada de ofício.

Art. 66 - Na hipótese de apuração de débito em processo de baixa de inscrição, será o contribuinte notificado para efetuar o pagamento, no prazo de 8 (oito) dias, findo o qual lavrar-se-á auto de infração.

Parágrafo único - Após a lavratura do auto de infração de que trata este artigo, o qual terá tramitação normal em separado, serão devolvidos os livros fiscais devidamente encerrados e os documentos, exceto a FIC e os talões em branco.

Art. 67 - Os documentos fiscais não utilizados pelo contribuinte serão encaminhados ao órgão competente para serem eliminados.

Art. 68 - Ao processo de baixa de inscrição deverá ser anexada cópia do auto de infração e o número do respectivo processo por ele formado.

Art. 69 - Após a conclusão fiscal, será procedida a baixa da inscrição, fornecendo-se, mediante requerimento, a competente certidão de baixa.

Art. 70 - O Diretor da Divisão da Receita poderá, além da hipótese prevista no artigo 65, determinar a baixa de inscrição de ofício dos contribuintes de sua circunscrição fiscal nos casos fixados pelo Departamento da Receita.

Parágrafo único - Nos casos de baixa da inscrição de ofício a FIC será considerada sem efeito para todos os fins, a partir da publicação da baixa no Diário Oficial do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO E CASSAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Art. 71 - Mediante ato do Diretor do Departamento da Receita poderá ser suspensa ou cassada a inscrição de qualquer contribuinte do imposto, nas seguintes hipóteses:

I - suspensão:

a) quando o contribuinte deixar de exibir livros ou documentos fiscais que se relacionem com a apuração e pagamento do imposto, após ser notificado ou intimado por 3 (três) vezes consecutivas;

b) quando o contribuinte desacatar a autoridade fiscal ou embaraçar sua atividade fiscalizadora;

II - cassação, quando o contribuinte que tiver sido punido com a suspensão de sua inscrição, cometer nova infração sujeita à mesma pena.

§ 1º - A suspensão ou cassação será precedida de processo regular, assegurando-se ao contribuinte o direito de defesa.

§ 2º - Compete ao Diretor do Departamento da Receita determinar a suspensão ou cassação da inscrição, mediante despacho fundamentado, do qual será notificado o contribuinte.

§ 3º - Cassada a inscrição a repartição promoverá:

a) apreensão das mercadorias encontradas em poder do contribuinte;

b) publicação de Edital no Diário Oficial do Distrito Federal proibindo de transacionar com repartição pública ou autarquias do Distrito Federal e com as instituições financeiras oficiais integradas no seu sistema de crédito;

c) notificação à Secretaria da Receita Federal.

§ 4º - A suspensão cessa com o atendimento das exigências feitas pelo Fisco, convertendo-se em cassação se no prazo de 6 (seis) meses as mesmas não forem atendidas.

§ 5º - O contribuinte que tiver sua inscrição cassada poderá reabilitar-se no prazo de 1 (um) ano contado da medida punitiva desde que cumpra as obrigações que a determinaram.

TÍTULO III

DO DOCUMENTÁRIO FISCAL

CAPÍTULO I

DOS LIVROS FISCAIS

Art. 72 - O contribuinte, ainda que isento, fica obrigado a manter, em cada um de seus estabelecimentos sujeitos à inscrição, os seguintes livros fiscais, de conformidade com os serviços prestados:

I - Registro de Serviços Prestados;

II - Registro de Contratos;

III - Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

IV - Registro de Entradas.

§ 1º - Os livros fiscais obedecerão aos modelos anexos que fazem parte integrante deste Regulamento.

§ 2º - Nos livros fiscais de que trata este artigo, o contribuinte poderá acrescentar outras indicações de seu interesse, desde que não fique prejudicada a clareza dos modelos oficiais.

Art. 73 - Os livros fiscais impressos com folhas numeradas, tipograficamente, em ordem crescente, costuradas e encadernadas de forma a impedir sua substituição e só serão usados depois de visados pela repartição fiscal competente.

§ 1º - O "visto", a requerimento do interessado, será aposto em seguida ao termo de abertura lavrado e assinado pelo contribuinte ou profissional encarregado de sua escrituração.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, os livros a serem visados serão exibidos à repartição fiscal, dentro de 5 (cinco) dias, contados do início da atividade ou da data do último lançamento no livro anteriormente encerrado, também de apresentação obrigatória.

Art. 74 - Os lançamentos nos livros fiscais serão feitos em ordem cronológica, à tinta, com clareza, asseio e exatidão, não podendo conter emendas, rasuras, borrões, entrelinhas e espaços em branco.

Parágrafo único - Constatada a inobservância de duas ou mais das exigências deste ou do artigo 73, a escrituração mediante termo, poderá ser desclassificada e o livro considerado inidôneo, fazendo prova apenas a favor do Fisco.

Art. 75 - Será permitida a escrituração por sistema de processamento de dados ou mecanizado, mediante prévia autorização do órgão competente.

Art. 76 - Os livros fiscais serão conservados no estabelecimento para serem exibidos à fiscalização, e daí não poderão ser retirados, salvo para serem levados à repartição fiscal ou apresentação em juízo ou escritório contábil, de acordo com os parágrafos deste artigo.

§ 1º - Presume-se retirado do estabelecimento o livro que não for exibido ao Fisco, quando solicitado, salvo quando autorizado a permanecer no escritório contábil, para efeito de escrituração.

§ 2º - Os agentes do Fisco arrecadarão mediante termo, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento e os devolverão aos contribuintes adotando-se, no ato da devolução, as providências fiscais cabíveis, ressalvada a hipótese do § 1º.

Art. 77 - Nos casos de fusão, incorporação ou transformação, o novo titular do estabelecimento deverá transferir, para o seu nome, por intermédio da repartição fiscal competente, no prazo de 30 (trinta) dias da data da ocorrência, os livros fiscais em uso, assumindo a responsabilidade pela sua guarda, conservação e exibição ao Fisco.

Parágrafo único - A repartição fiscal poderá autorizar a adoção de livros novos em substituição aos anteriormente em uso.

Art. 78 - Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal os demais livros de contabilidade geral do contribuinte.

Art. 79 - O contribuinte que exercer mais de uma atividade de prestação de serviços, com alíquotas diferentes ou quando o volume ou a natureza dos seus negócios justificar, poderá usar livros distintos para cada espécie de atividade.

§ 1º - Nos casos deste artigo, os livros serão distinguidos com o acréscimo de letras, na ordem alfabética, ao seu respectivo número, nos termos de abertura e de encerramento.

§ 2º - Nas hipóteses deste artigo, o contribuinte justificará

no requerimento os motivos para adoção dos novos livros.

Art. 80 - Os profissionais autônomos e as sociedades de profissionais, desde que não equiparados a empresa, e os contribuintes de rudimentar organização, ficam desobrigados da escrituração dos livros fiscais.

Art. 81 - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento.

Art. 82 - Quando os livros fiscais forem inutilizados ou extraviados o contribuinte fica obrigado a publicar a ocorrência no órgão de divulgação do Distrito Federal ou em jornal local de grande circulação, no prazo de 5 (cinco) dias, e refazer sua escrita no prazo de 30 (trinta) dias da data da ocorrência.

§ 1º - Se o sujeito passivo se recusar a reconstituir a escrituração ou não puder fazê-lo no prazo deste artigo o montante do serviço será arbitrado pela autoridade fiscal, devendo o imposto correspondente ser pago no prazo da intimação.

§ 2º - O pagamento do imposto não ilidirá a aplicação das penalidades cabíveis.

SEÇÃO I

DO LIVRO REGISTRO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Art. 83 - O livro Registro de Serviços Prestados obedecerá as características do modelo 1, e nele serão lançadas, dia a dia pelo total, as operações do contribuinte, inclusive as isentas.

§ 1º - Os lançamentos serão feitos, nas colunas próprias, da seguinte ordem:

1 - dia do lançamento;

2 - coluna sob o título "Documentos Emitidos": espécie, série e subsérie, números inicial e final e data do documento emitido;

3 - coluna "Valor Total da Operação": será lançada a soma dos valores dos documentos citados na coluna anterior;

4 - coluna "Construção Civil, Obras Hidráulicas e Engenharia Consultiva": serão destacados os valores dos materiais aplicados e das subempreitadas já tributadas;

5 - coluna "Valores": será lançado o valor total das operações deduzindo-se as parcelas de materiais aplicados e subempreitadas, se for o caso, e na coluna seguinte os valores das operações que não haja imposto a pagar;

6 - coluna "Observações": anotações diversas.

§ 2º - Serão mensalmente registrados nos campos próprios do livro a discriminação das despesas efetivamente pagas pela empresa e os dados relativos ao pagamento do imposto.

§ 3º - A escrituração do livro deverá ser encerrada no último dia de cada mês e não poderá sofrer atraso superior a 5 (cinco) dias.

SEÇÃO II

DO LIVRO REGISTRO DE CONTRATOS

Art. 84 - Os contribuintes que celebrarem contratos de serviços com terceiros, ficam obrigados a adotar e a escriturar o livro Registro de Contratos, modelo 2.

§ 1º - Os lançamentos serão feitos, nas colunas próprias, da seguinte forma:

1 - coluna "Data": dia, mês e ano do lançamento;

2 - coluna "Natureza ou Regime da Obra ou Serviço":

a) natureza - construção civil, obra hidráulica, consultoria técnica, conservação, manutenção, publicidade, transporte e outros;

b) regime - empreitada, subempreitada, administração, tarefa e outros;

3 - coluna "Nome e Endereço do Contratante ou Comitente": nome e endereço completo das pessoas referidas;

4 - Coluna "Local da Execução da Obra ou Serviço": endereço completo do local;

5 - Colunas sob o título "Contrato":

a) coluna "espécie": tipo do contrato;

b) coluna "data": dia, mês e ano do instrumento;

c) coluna "Registro do Contrato": nome do Cartório, números do Livro e da Folha;

6 - Colunas sob o título "Obra ou Serviço":

a) coluna "Data": do início e da conclusão;

b) coluna "Valor Total": preço total do serviço;

7 - Coluna "Valor Tributável": preço total do serviço, deduzindo-se as parcelas não tributárveis, se for o caso;

8 - Coluna "Observações": as que couberem.

§ 2º - A escrituração do livro não poderá atrasar-se por mais de 10 (dez) dias, contados da data da celebração do instrumento.

Art. 85 - Os contribuintes cujas operações envolvam movimentação de mercadorias ou matérias-primas, obrigam-se também à escrituração do livro Registro de Entradas.

Art. 86 - A escrituração e modelos dos livros "Registro de Entradas" e "Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências", obedecerão o disposto no Regulamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

CAPÍTULO II
DOS DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 87 - Os documentos fiscais serão emitidos pelo contribuinte, obedecendo-se as normas e modelos anexos constantes deste Regulamento.

Parágrafo único - São documentos fiscais:

I - Nota Fiscal de Serviço;

II - Comprovante de Admissão a Jogos e Diversões Públicas (bilhetes de ingresso, de guarda chapeus, de posse de mesa, cartões de contra-dança, tabelas, cartelas, convites, "tickets", pules ou outro qualquer documento relativo a jogos ou diversões públicas);

III - Demonstração mensal de serviços;

IV - Boletim de Transportes Coletivos;

V - Comprovante de Redução de Tarifas;

VI - Declaração de Retenção do ISS.

Art. 88 - Cada estabelecimento, seja filial, depósito, sucursal, agência ou representante, emitirá, conforme a operação que realizar, os documentos fiscais próprios, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

Art. 89 - Os documentos fiscais serão conservados durante o prazo de 5 (cinco) anos, no próprio estabelecimento, para serem exibidos à fiscalização quando exigidos e apenas serão retirados sem prévia autorização do Fisco, para apresentação em Juízo ou para serem levados à repartição fiscal.

Parágrafo único - Presume-se retirado do estabelecimento o documento que não for exibido ao Fisco quando solicitado, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 76.

Art. 90 - Os contribuintes relacionados no artigo 80 ficam igualmente dispensados da emissão de documentos fiscais, salvo se por isto optarem, situação em que se obrigarão ao cumprimento das demais obrigações tributárias acessórias.

Art. 91 - Os documentos fiscais serão impressos e numerados tipograficamente e em ordem crescente de 1 a 999.999 e enfeixados em blocos uniformes de 20 (vinte) no mínimo e 50 (cinquenta) no máximo, ficando sua confecção condicionada à prévia autorização da repartição fiscal competente.

§ 1º - A numeração dos documentos fiscais poderá ser recomeçada:

I - automaticamente, quando atingir o número 999.999;

II - automaticamente, se a nova numeração vier precedida de letra;

III - a requerimento do contribuinte e a critério do Fisco. nos demais casos.

§ 2º - A emissão dos documentos fiscais será feita em cada bloco pela ordem de numeração prevista neste artigo, não podendo nenhum bloco ser utilizado sem que esteja simultaneamente em uso ou já tenham sido utilizados os de numeração inferior.

Art. 92 - A Nota Fiscal de Serviço poderá ser extraída por decalque a carbono ou em papel carbonado, devendo ser preenchida à máquina ou manuscrita a tinta ou a lápis-tinta, devendo ainda os seus dizeres e indicações estar bem legíveis, em todas as vias.

Parágrafo único - Será permitida a emissão de documentos fiscais por sistema de processamento de dados ou mecanizado, mediante prévia autorização da repartição fiscal.

Art. 93 - Ocorrendo inutilização ou extravio de documentos fiscais, fica o contribuinte obrigado a publicar a ocorrência através do órgão de divulgação oficial do Distrito Federal ou de jornal local de grande circulação

§ 1º - O contribuinte comunicará à repartição fiscal de sua circunscrição, no prazo de 15 (quinze) dias, a inutilização ou extravio de documentos fiscais, informando se se trata de blocos em branco ou já utilizados, identificando-os.

§ 2º - Ainda no caso de inutilização parcial, o contribuinte manterá os documentos sob sua guarda pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 94 - Os documentos fiscais serão emitidos na forma determinada por este Regulamento, não podendo as vias se substituírem nas funções a que forem destinadas.

Art. 95 - Poderá o Fisco mediante requerimento do contribuinte aceitar alterações e acréscimos nas características dos documentos fiscais instituídos, desde que os mesmos satisfaçam os requisitos de controle estabelecidos neste Regulamento.

Art. 96 - É considerado inidôneo, fazendo prova apenas em favor do Fisco, o documento que apresentar uma ou mais das seguintes irregularidades:

I - omitir indicações;

II - não seja o legalmente exigido ou aceito pelo Fisco para a operação;

III - não guarde as exigências previstas neste Regulamento;

IV - contenha declarações inexatas, esteja preenchido de forma ilegível ou apresente emendas ou rasuras que lhe prejudique a clareza.

Art. 97 - Quando a operação esteja beneficiada por isenção ou amparada por imunidade, não incidência, diferimento ou suspensão do pagamento do

imposto, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo legal respectivo.

Art. 98 - Os estabelecimentos que emitirem documentos fiscais por sistema de processamento de dados ou mecanizados obedecerão as exigências e disposições contidas no Regulamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

Art. 99 - Os documentos fiscais só poderão ser confeccionados mediante prévia autorização do órgão fiscal competente, a pedido do encomendante e da firma impressora, mediante preenchimento do formulário "AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS", conforme modelo e exigências fixados no Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Art. 100 - Os estabelecimentos gráficos não poderão confeccionar documento fiscal cujas características não sejam as estabelecidas neste Regulamento.

Art. 101 - Quando o documento fiscal for cancelado, conservar-se-ão no talonário ou formulário contínuo todas as suas vias, com declaração dos motivos que determinaram o cancelamento e referência, se for o caso, ao novo documento emitido.

SEÇÃO I
DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

Art. 102 - A Nota Fiscal de Serviços será emitida pelo contribuinte quando da prestação de serviços, no mínimo, em 3 (três) vias, que terão a seguinte destinação:

I - 1a. via - tomador dos serviços;
II - 2a. via - contabilidade;
III - 3a. via - permanecerá presa ao bloco, à disposição do Fisco.

Art. 103 - A Nota Fiscal de Serviços obedecerá as dimensões mínimas de 16 x 22cm em qualquer sentido e conterá as seguintes indicações:

I - a denominação "Nota Fiscal de Serviços";
II - o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;
III - a natureza da operação: se à vista ou a prazo;
IV - a data da emissão: dia, mês e ano;
V - o nome, o endereço e os números de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS e no CGC, do estabelecimento emitente;

VI - o espaço para o nome, o endereço e os números de inscrição e do CGC, do estabelecimento destinatário;

VII - a discriminação dos serviços ou bens;

VIII - os valores, unitário e total, dos serviços e o valor total da operação;

IX - a alíquota e o valor do imposto sobre serviços;

X - o nome, o endereço e os números de inscrição, no Cadastro de contribuintes do ICM e no CGC, do impressor da nota, e a quantidade da impressão, o número de ordem da primeira e da última nota impressa e respectiva série e subsérie, e o número e data da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais.

Parágrafo único - As indicações dos incisos I, II, V e X serão impressas.

Art. 104 - A Nota Fiscal de Serviços obedecerá as características dos modelos 3, 4, 5, 6 e 7, anexos, e será utilizada com a observância das séries:

I - série A (modelo 3) - Nota Fiscal de Serviços (Usuário Final) - será emitida quando o serviço for prestado a usuário final, sem aplicação de material, exceto quando integrante da base de cálculo;

II - série B (modelo 4) - Nota Fiscal de Serviços (Serviços com aplicação de Material) - será emitida quando o serviço prestado compreender atividade com aplicação de material cujo valor seja dedutível da base de cálculo do imposto;

III - série C, (modelo 5) - Nota Fiscal de Serviços (Remessa ou Devolução) - será emitida pelo prestador dos serviços não sujeito a inscrição como contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, sempre que:

a) remeter aparelhos, máquinas, instrumentos, ferramentas ou outros utensílios necessários à prestação de serviços fora do seu estabelecimento, desde que devam retornar ao local da saída;

b) devolver aparelhos, máquinas, utensílios ou outros objetos que tenham dado entrada no seu estabelecimento para conserto; reparo, reforma, adaptação e outros serviços semelhantes;

c) a emissão dessa nota será feita sempre antes das saídas referidas nas alíneas "a" e "b" e nela serão discriminados os objetos a serem transportados, bem como indicado o local de sua destinação;

d) na hipótese da alínea "b", deverá constar ainda o número, série e data da Nota Fiscal de Serviços (Entra

da), e estar obrigatoriamente acompanhada da nota relativa aos serviços executados.

IV - série D (modelo 6) - Nota Fiscal de Serviços (Entrada) - será emitida pelo prestador dos serviços, não sujeito a inscrição como contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, nos seguintes casos:

a) entrada de aparelhos, máquinas, veículos, utensílios, e outros objetos para reparo, conserto, reforma e outros serviços semelhantes no estabelecimento do emitente;

b) retorno do local da prestação dos serviços, de máquinas, aparelhos, instrumentos, ferramentas e outros objetos, pertencentes ao estabelecimento emitente;

c) a Nota Fiscal emitida na forma das alíneas "a" e "b" deste inciso, servirá para acobertar o trânsito dos bens nela discriminados, do local de origem ao do destino.

§ 1º - As Notas Fiscais séries C e D não estão sujeitas a registro em livros fiscais.

§ 2º - O contribuinte deverá utilizar nota fiscal de serviços de subsérie distinta sempre que realizar operação isenta ou não tributável, simultaneamente, com atividade sujeita ao pagamento do imposto.

Art. 105 - Quando ocorrer alteração nas características da inscrição, o contribuinte fica sujeito, no prazo de 5 (cinco) dias da efetivação da alteração, na forma do artigo 61, a adotar novas notas fiscais de serviços.

§ 1º - As Notas Fiscais de Serviços em branco serão, mediante recibo e no prazo deste artigo, entregues na repartição fiscal da circunscrição do contribuinte que fará as anotações devidas e as encaminhará ao órgão próprio para eliminação.

§ 2º - No caso de simples mudança de endereço do estabelecimento, o contribuinte poderá utilizar, mediante prévia autorização do Fisco, documentos fiscais anteriormente em uso, com alteração a carimbo em todas as vias.

Art. 106 - Em substituição à Nota Fiscal de Serviços, Série A, modelo 3, poderá ser autorizada a emissão de Nota Fiscal de Serviços (simplificada) ou documentos adotados pelo contribuinte conforme usos e costumes comerciais ou Cupom de Máquina Registradora.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, os documentos fiscais deverão conter, no mínimo, as seguintes indicações:

I - Nota Fiscal de Serviços-Simplificada:

a) o nome ou razão social, o endereço, e os números de inscrição no cadastro de contribuintes do ISS e no

CGC do emitente;

b) a data da emissão, dia, mês e ano;
c) o número de ordem e o da via;
d) o valor total da operação e a alíquota;
e) o nome ou razão social do impressor, endereço, os números de inscrição no Cadastro do ICM e no CGC, a quantidade, a numeração, a data e o número da Autorização para impressão de Documentos Fiscais.

II - Os documentos adotados pelo contribuinte conforme uso e costume comercial ficam sujeitos a prévia aprovação de seus modelos pela autoridade administrativa e conterão as indicações mínimas do inciso I e o número do processo autorizativo.

III - Cupom de Máquinas Registradoras:

a) o nome, ou razão social, o endereço e os números de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS e no CGC, do emitente;
b) a data da emissão: dia, mês e ano;
c) o número de ordem da operação;
d) o valor total da operação.

§ 2º - As indicações das alíneas "a", "c", e "e", do inciso I, do parágrafo anterior , serão impressas.

§ 3º - A Nota Fiscal de Serviços (Simplificada) Modelo 7, terá a dimensão de 7,5 x 10,5 cm em qualquer sentido e será emitida em duas vias, ficando a segunda via presa obrigatoriamente ao talão.

§ 4º - As condições para autorização e uso de máquina registradora, com emissão de cupom prevista neste artigo, serão as estabelecidas no Regulamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

Art. 107 - A Nota de Serviços poderá servir como fatura, feita a inclusão dos elementos necessários,caso em que a denominação prevista no artigo 102 passa a ser a Nota Fiscal de Serviços-Fatura.

SEÇÃO II

DOS COMPROVANTES DE ADMISSÃO A JOGOS DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Art. 108 - Os empresários, proprietários, arrendatários, concessionários ou quem quer que seja responsável, individual ou coletivamente pela exploração das atividades constantes no item 28 da lista a que se refere o artigo 1º, são obrigados à emissão dos comprovantes de admissão a jogos e diversões públicas citados no inciso II, do parágrafo único do artigo 87.

§ 1º - Os comprovantes referidos neste artigo, deverão conter as dimensões de 4,5 x 1o cms em qualquer sentido e as seguintes características mínimas:

a) nome do documento;
b) o nome e a inscrição do responsável ou promotor;
c) os números de ordem e da via;
d) o preço;
e) a data e o local da atividade;
f) o número da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais.

§ 2º - Os comprovantes mencionados deverão ser confeccionados em 2 (duas) vias ou com canhoto contendo as características exigidas.

§ 3º - Ficam dispensados, no que couber, das exigências deste artigo, os documentos que sejam instituídos e controlados por órgão oficial específico, desde que o contribuinte entregue na repartição fiscal de sua circunscrição a guia de aquisição dos comprovantes expedida pelo órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias, de sua expedição.

§ 4º - No caso de atividades eventuais de jogos e diversões públicas poderão ser aceitos comprovantes já adotados pelo interessado, a critério da autoridade administrativa.

SEÇÃO III
DA DEMONSTRAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS

Art. 109 - A Demonstração Mensal de Serviços obedecerá as características do modelo 8 e será emitida pelos estabelecimentos bancários, de crédito e instituições financeiras, por atividades tributadas pelo Imposto sobre Serviços.

§ 1º - A Demonstração Mensal de Serviços será extraída em uma via, com as dimensões mínimas de 16 x 20 cm e conterá as seguintes indicações:
a) denominação: "Demonstração Mensal de Serviços";
b) o número de ordem e as indicações dos incisos IV, V, VII, VIII, IX e X do artigo 103;
c) referência ao balanço ou balancete que serviu de base à apuração;
d) discriminação dos serviços prestados;
e) o preço dos serviços;
f) o total, a alíquota e o valor do imposto a pagar.

§ 2º - A via de que trata o parágrafo anterior ficará arquivada no estabelecimento de onde só poderá ser retirada para apresentação ao Fisco ou em Juízo.

§ 3º - A emissão do documento de que trata este artigo não poderá sofrer atraso superior a 5 (cinco) dias devendo ficar à disposição do Fisco pelo prazo de 5 (cinco) anos.

SEÇÃO IV

DO BOLETIM DE TRANSPORTES COLETIVOS

Art. 110 - O Boletim de Transportes Coletivos -BTC, será preenchido, diariamente, pelas empresas delegadas e permissionárias de transportes coletivos.

§ 1º - O Boletim de que trata este artigo obedecerá as características do modelo 9, as dimensões mínimas de 21 x 14,8 cm, com 2 cm de margem, em folhas soltas de papel apergaminhado ou Super Bond de 75g por m2, preenchido em uma via à medida em que se realizarem as operações, devendo ficar arquivado no estabelecimento.

§ 2º - O BTC será preenchido diariamente, para cada veículo em serviço, contendo as seguintes indicações:

a) denominação: "Boletim de Transportes Coletivos";
b) nome ou razão social da empresa;
c) endereço;
d) números do CGC do MF e da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS;
e) número de ordem do documento;
f) data do preenchimento: dia, mês e ano;
g) número de ordem do veículo (numeração da empresa);
h) identificação da linha de percurso do veículo;
i) números inicial e final do registro da roleta;
j) números de usuários;
l) vistos dos fiscais da empresa e da Secretaria de Serviços Públicos;
m) valor da tarifa (preço da passagem) e passagens com desconto;
n) características fiscais da gráfica, data e quantidade da impressão, o número de ordem do primeiro e último boletim impresso e o número da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais.

§ 3º - O BTC substitui a Nota Fiscal de Serviços, exceto quando da ocorrência de serviços especiais contratados por terceiros.

Art. 111 - As empresas de transportes coletivos que não estejam sujeitas ao controle da Secretaria de Serviços Públicos, ficam obrigadas à emissão da Nota Fiscal de Serviços e à escrituração de todos os livros fiscais exigidos.

SEÇÃO V
DO COMPROVANTE DE REDUÇÃO DE TARIFA

Art. 112 - O Comprovante de Redução de Tarifa (passe escolar) obedecerá as características do modelo 10, com as dimensões mínimas de 9x6cm, será expedido pelas empresas de transportes coletivos a que se refere o inciso V, do parágrafo único do art. 87.

§ 1º - O Comprovante de que trata este artigo, com numeração própria para cada linha de percurso, conterá as seguintes indicações:

a) denominação: "COMPROVANTE DE REDUÇÃO DE TARIFA";
b) número de ordem do documento;
c) identificação da linha do percurso;
d) valor da tarifa com a redução;
e) características da empresa: razão social e inscrição;
f) características fiscais da gráfica, data e quantidade da impressão, o número de ordem do primeiro e último comprovante impresso e o número de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais.

§ 2º - À exceção das indicações das alíneas "c" e "d", as demais serão impressas tipograficamente.

§ 3º - O Comprovante de Redução de Tarifa (passe escolar) vendido será registrado em Mapa de Controle que ficará à disposição do Fisco pelo prazo de 5 (cinco) anos, dispensando-se a guarda daqueles documentos para efeitos fiscais.

SEÇÃO VI

DA DECLARAÇÃO DE RETENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 113 - O usuário que retiver o imposto, na forma do parágrafo único do artigo 19, fica obrigado a emitir a Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços, modelo 11, em duas vias que terão a seguinte destinação:

I - 1a. via - tomador do serviço;

II - 2a. via - prestador do serviço.

Parágrafo único - A Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços terá as seguintes indicações:

a) denominação: "Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços";

b) as expressões e espaços: "Declaro(amos), para fins de comprovação junto à Fazenda Pública do Distrito Federal, que retive(mos) a importância de Cr$._____ (_____) proveniente dos serviços prestados por _____, com endereço: _____, _____, executados _____, no período de _____ de _____ de _____ a _____ de _____ de _____.Data e assinatura do tomador e do prestador do serviço.
(por extenso) (nome ou razão social) (rua, quadra, lote, etc e cidade) (local da execução do serviço)

TÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DA AÇÃO FISCAL

Art. 114 - A fiscalização do imposto compete às autoridades e funcionários fiscais da Secretaria de Finanças.

Art. 115 - As autoridades e funcionários fiscais no exercício de suas atividades poderão ingressar nos estabelecimentos das pessoas sujeitas ao imposto a qualquer hora do dia ou da noite, desde que os mesmos estejam em funcionamento.

Art. 116 - Quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessário à efetivação de medidas acauteladoras de interesse do Fisco, ainda que não se configure fato definido como crime, os funcionários fiscais, diretamente ou por intermédio de suas repartições poderão requisitar auxílio das autoridades policiais.

Art. 117 - Os funcionários fiscais quando no exercício de suas funções comparecerem aos estabelecimentos de contribuintes ou efetuarem levantamento fiscal, lavrarão, obrigatoriamente, termos circunstanciados de início e conclusão da verificação fiscal realizada, nos quais consignarão o período fiscalizado, as datas inicial e final da execução dos trabalhos, a relação dos livros e documentos examinados, o histórico das infrações apuradas, as conclusões a que chegaram e tudo o mais que seja de interesse fiscal.

Parágrafo único - Os termos serão lavrados no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, ou, na sua falta, em qualquer outro livro fiscal.

Art. 118 - O Fisco do Distrito Federal, objetivando verificar a exatidão de declarações e de determinar com precisão o montante e a natureza do crédito tributário, poderá:

I - exigir a qualquer tempo do contribuinte ou responsável informações escritas ou verbais, bem como a exibição de livros, documentos e papéis que possam comprovar atos e operações que constituam fatos geradores do imposto;

II - fazer inspeções nos estabelecimentos e lugares onde se exerçam atividades tributáveis;

III - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fiscal a fim de prestar esclarecimentos;

IV - examinar em cartório, livros, documentos e registros que interessem ao lançamento, correção, revisão e fiscalização do imposto, bem como exigir as certidões necessárias;

V - exigir dos proprietários, ocupantes a qualquer título, ad

ministradores ou guardas de bens imóveis, as informações necessárias aos lançamentos, correção, revisão e fiscalização do imposto.

CAPÍTULO II
DAS OBRIGAÇÕES

Art. 119 - São obrigados a exibir documentos e livros relacionados com o imposto sobre serviços e a prestar as informações solicitadas pelo fisco:

I - os contribuintes e todos quanto direta ou indiretamente tomarem parte nas operações relacionadas com o imposto;

II - os serventuários da Justiça;

III - os servidores públicos do Complexo Administrativo do Distrito Federal;

IV - os síndicos, comissários e inventariantes.

CAPÍTULO III
DO LEVANTAMENTO FISCAL

Art. 120 - O Fisco poderá apurar, através de levantamento, a exatidão dos lançamentos efetuados nas escritas fiscal e contábil do contribuinte, no qual serão considerados os valores da receita, e das despesas, outros encargos e lucro do estabelecimento, bem como lançar mão de quaisquer elementos que permitam a reconstituição de seu movimento real tributável.

Art. 121 - Apurando-se inexatidão nos lançamentos de despesas, depósitos bancários, transferências de numerário, pagamento ou recebimento de qualquer natureza, serão eles apropriados para apuração real dos saldos de caixa.

Parágrafo único - Se apurado que os pagamentos efetuados em determinado período foram superiores à real disponibilidade de caixa, a diferença será considerada receita omitida para efeito de tributação.

Art. 122 - As despesas e/ou lucro bruto considerados nos levantamentos fiscais, devem ser divididos proporcionalmente às respectivas receitas, com vista à apuração de diferenças tributáveis, quando se tratar de contribu-

inte cujas operaçoes sejam:

I - sujeitas umas ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e outras ao Imposto sobre Serviços;

II - sujeitas umas ao Imposto sobre Serviços e outros isentas ou não tributadas pelo imposto.

Art. 123 - O levantamento fiscal poderá ser renovado sempre que forem apurados dados não considerados quando de sua elaboração.

Art. 124 - O imposto apurado em levantamento fiscal, será exigido mediante intimação, notificação ou auto de infração.

CAPÍTULO III
DA APREENSÃO

Art. 125 - Poderão ser apreendidos, mediante termo, os livros, documentos e papéis que possam constituir prova de infração ao estabelecido neste Regulamento.

Parágrafo único - Havendo prova ou fundada suspeita de que os elementos citados neste artigo se encontram em residência particular ou lugar reservado à moradia, serão promovidos a busca e apreensão judiciais sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 126 - Os livros, documentos e papéis apreendidos na forma do artigo anterior, serão devolvidos contra recibo se o requerer o interessado e desde que não prejudique a instrução do processo.

TÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES

Art. 127 - Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe na inobservância, por parte do contribuinte ou responsável, das normas e prazos estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO II
DAS PENALIDADES

Art. 128 - Os infratores às disposições deste Regulamento, sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - multas;

II - correção monetária;

III - sujeição ao sistema especial de fiscalização;

IV - proibição de transacionar com órgãos integrantes da estrutura administrativa do Distrito Federal.

SEÇÃO I
DAS MULTAS

Art. 129 - As multas serão cumulativas, quando resultarem concomitantemente do não cumprimento de obrigação tributária principal e acessória.

§ 1º - Quando o sujeito passivo for agente de mais de uma obrigação acessória, em razão de um só fato, aplicar-se-á tão somente a multa cominada à infração mais grave.

§ 2º - Quando o sujeito passivo infringir de forma continuada o mesmo dispositivo da legislação tributária e desde que da infração não resulte a falta de pagamento do imposto, no todo ou em parte, aplicar-se-á uma só multa acrescida de 50% (cinquenta por cento).

Art. 130 - O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de reparar os danos resultantes da infração, nem do cumprimento das exigências regulamentares que a tiverem determinado.

Art. 131 - O descumprimento das obrigações principal e acessória, previstas neste Regulamento, sujeitará o contribuinte às seguintes penalidades:

I - Relativas ao pagamento do imposto:

a) quando o pagamento do imposto se verificar dentro de 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo - multa de 10% (dez por cento) do valor do imposto;

b) quando o pagamento do imposto se verificar depois de 30 (trinta) dias até 90 (noventa) dias após o término

do prazo - multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto;

c) quando o pagamento do imposto se verificar após 90 (noventa) dias do término do prazo - multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.

II - relativas à inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS e às alterações cadastrais:

a) falta de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS, quando sujeito a essa obrigação, multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

b) a pessoa jurídica que não exigir a comprovação da inscrição fiscal no Cadastro de Contribuintes do ISS quando utilizar serviços de empresa ou profissional autônomo - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

c) uso da inscrição por estabelecimento ou profissional autônomo diverso do indicado nas suas características - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

d) falta de revalidação ou recadastramento da inscrição nos prazos fixados pelo Departamento da Receita - multa de 50%(cinquenta por cento) do Valor de Referência;

e) falta da indicação do número de inscrição nos documentos citados no artigo 57 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

f) falta de apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral nos casos estabelecidos nos incisos do artigo 58, multa de 30% (trinta por cento) do Valor de Referência;

g) falta de comunicação de alteração de endereço, de razão social, de atividade, de sócios responsáveis pela sociedade e nas hipóteses do artigo 62 ou comunicação após o prazo fixado no artigo 61, multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência;

h) falta de apresentação do requerimento de baixa de inscrição por transferência do estabelecimento ou encerra

mento de atividade após o prazo fixado no artigo 63 - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência.

III - relativas aos livros fiscais:

a) falta de livros fiscais a que está sujeito o contribuinte, relacionados no artigo 72 - multa de 100% (cem por cento) do Valor deReferência;

b) usar livros fiscais sem o prévio visto da repartição fiscal - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência;

c) apresentação de livro fiscal para ser visado pela repartição fiscal após o prazo fixado no § 2º do artigo 73 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

d) escriturar livro fiscal em desacordo com duas ou mais das disposições do artigo 74 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

e) adulterar, viciar ou falsificar livros fiscais - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

f) escriturar livros fiscais ou emitir documentos por sistema mecanizado ou de processamento de dados, em regime especial, sem prévia autorização - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência;

g) falta de apresentação, no prazo, dos livros comerciais e fiscais quando solicitados pelo Fisco - multa de 100% (cem por cento) do Valor deReferência;

h) falta de transferência dos livros em uso nos casos e prazo previsto no artigo 77 - multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência;

i) quando não forem mantidos sob guarda os livros e documentos fiscais até a prescrição do crédito tributário - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

j) falta de publicação, quando ocorrer inutilização ou ex

travio de livros fiscais - multa de 50% (cinquenta por cento); ou publicação após o prazo fixado no artigo 82 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

l) falta de reconstituição da escrituração de livros fiscais nos casos de extravio ou inutilização, no prazo do artigo 82 - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

m) atraso de escrituração dos livros fiscais - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência;

n) escrituração de documento fiscal no livro Registro de Serviços Prestados após o período da respectiva apuração do imposto - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

o) falta de escrituração do Livro Registro de Serviços Prestados - multa de 200% (duzentos por cento) do Valor de Referência;

p) falta de preenchimento do quadro "Demonstrativos" no livro Registro de Serviços Prestados - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência.

IV - Relativas aos documentos fiscais:

a) falta de apresentação, juntamente com o requerimento de baixa de inscrição, de documentos relacionados no § 1º do art. 63 - multa equivalente a 20% (vinte por cento) do Valor de Referência;

b) falta de emissão dos documentos fiscais citados no parágrafo único do art. 87, em operações tributadas pelo imposto - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência;

c) emissão de documento fiscal autorizado para ser utilizado por outro estabelecimento - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

d) permanência do documento fiscal fora do estabelecimen-

to, em local não autorizado pelo Fisco - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

e) falta de apresentação, no prazo da notificação, de documentos solicitados pela autoridade fiscal - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

f) encomenda de impressão de documento fiscal sem a prévia autorização da repartição fiscal - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

g) impressão, para si ou para terceiros, de documento fiscal sem a prévia autorização da repartição, ou fornecer ou guardar documento fiscal falso - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

h) impressão, para si ou para terceiros, de documento fiscal em desacordo com a autorização concedida - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

i) publicação da ocorrência de inutilização ou extravio de documento fiscal fora do prazo fixado no artigo 93 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

j) comunicação à repartição fiscal da ocorrência de inutilização, extravio ou perda de documento fiscal fora do prazo previsto no § 1º do artigo 93 - multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência e na falta de comunicação - multa de 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência;

l) emitir documento fiscal em número de vias inferior ao exigido ou dar destinação diversa da indicada neste Regulamento - multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência;

m) emissão de Nota Fiscal de Serviços de série diversa da prevista para a operação - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

n) não adotar novas Notas Fiscais de Serviços no caso de alteração de características, no prazo fixado no artigo 105 - multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência;

o) não entregar as Notas Fiscais de Serviços em branco na hipótese e prazo do parágrafo primeiro do artigo 105 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência;

p) adulteração, falsificação ou emissão de documento fiscal com declaração falsa quanto à espécie ou preço do serviço - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

q) utilização de documento falso, para propiciar qualquer vantagem fiscal, multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

r) manutenção ou utilização de documento fiscal com numeração e seriação em duplicidade - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência.

V - Relativas à apresentação de informações fiscais e a documentos de arrecadação:

a) entrega da relação de profissionais autônomos fora do prazo fixado no parágrafo único do artigo 24 - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência e na falta de entrega da relação - multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência;

b) quando se comprovar inexatidão, erro, omissão ou falsidade na declaração prestada na forma do inciso III do art. 31 - multa de 100% (cem por cento) do Valor de Referência;

c) quando notificado pela terceira vez, o contribuinte ou responsável não permitir o exame pelo Fisco de livros, documentos e papéis sob sua guarda ou responsabilidade - multa de 300% (trezentos por cento) do Valor de Referência;

d) apresentação de documento de arrecadação previsto no art. 37 fora do prazo fixado - multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência.

§ 1º - O valor da multa será reduzido de 20% (vinte por cento) se o infrator, no prazo previsto para interposição do Recurso Voluntário, efe

tuar o pagamento do débito exigido na decisão de primeira instância.

§ 2º - Exclui-se da multa prevista na alínea "p" do inciso III, deste artigo, os estabelecimentos que possuirem o livro Diário regularmente escriturado.

Art. 132 - Tratando-se de simples atraso do recolhimento, desde que devidamente escriturado o imposto e apurada a infração mediante ação fiscal - multa de 50% (cinquenta por cento).

Art. 133 - Em caso de sonegação por qualquer forma - multa de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o valor do tributo sonegado.

Parágrafo único - Constitui sonegação a prática pelo contribuinte ou responsável, de quaisquer dos atos previstos e definidos como tal na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

Art. 134 - Apurando-se no mesmo processo o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, impor-se-á somente a pena relativa à infração mais grave.

SEÇÃO II
DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

Art. 135 - Os créditos tributários e as multas que lhes forem acrescidas, terão o seu valor atualizado monetariamente em função da variação do poder aquisitivo da moeda, segundo coeficientes fixados pela autoridade federal competente, nos termos da legislação que rege a matéria.

Art. 136 - A correção monetária será efetuada trimestralmente, constituindo período inicial o trimestre civil seguinte ao em que houver expirado o prazo para o recolhimento do tributo.

Art. 137 - O imposto não pago no vencimento será acrescido de juros de mora calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

SEÇÃO III
DO SISTEMA ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 138 - Ao contribuinte será imposto regime especial de fisca

lização, sem prejuízo das penalidades que couberem, quando:

I - se recusar a fornecer ao Fisco os elementos necessários à verificação de que são exatos os lançamentos relativos às operações tributá - veis;

II - fornecer elementos insuficientes a uma perfeita fiscaliza ção do tributo;

III - deixar de emitir os documentos exigidos neste Regulamento;

IV - falsificar ou adulterar livros, guias e documentos rela - cionados com o imposto;

V - iludir, embaraçar ou impedir sistematicamente, por qual- quer meio, a ação do Fisco;

VI - utilizar, em desacordo com as finalidades previstas na le gislação, livros ou documentos exigidos pelo fisco, bem como alterar os valo - res constantes dos mesmos ou declará-los notoriamente inferiores ao preço cor rente do serviço;

VII - recairem sobre o estabelecimento fundadas suspeitas de lançamentos irreais das transações.

Art. 139 - O sistema especial de fiscalização consistirá em:

I - plantão do funcionário ou autoridade fiscal no estabeleci mento ou local onde ocorrer a prestação de serviços;

II - exigência de informações periódicas relativas às opera - ções realizadas;

III - sujeição do contribuinte ou responsável a regime especial de recolhimento do imposto.

§ 1º - A apuração do imposto a que se refere o inciso III deste artigo, será feita com a presença da fiscalização no estabelecimento ou no lo cal onde ocorrer a prestação de serviço, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - A sujeição ao sistema especial de fiscalização prevista neste artigo, não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações tribu tárias acessórias.

SEÇÃO IV

DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM A ADMINISTRAÇÃO E OUTROS ÓRGÃOS

Art. 140 - Os contribuintes que estiverem em débitos de tributos e multas, não poderão participar de concorrência, coleta ou tomada de preço, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, assim como transacionar, a qualquer título com órgãos integrantes da estrutura administrativa do Distrito Federal, nem receber quaisquer quantias ou créditos das mesmas.

Parágrafo único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando sobre o débito ou a multa houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 141 - Salvo disposição em contrário, os prazos fixados neste Regulamento contam-se por dias corridos, excluído o do início e incluído o do vencimento.

Art. 142 - Serão desprezadas as frações de Cr$.1,00 (um cruzeiro) na fixação da base de cálculo do imposto ou penalidade.

Art. 143 - Fica o Departamento da Receita autorizado a promover o cancelamento de todos os créditos prescritos oriundos do imposto.

Art. 144 - O uso dos livros e documentos fiscais previstos neste Regulamento, será obrigatório a partir do momento em que o contribuinte esgote o seu estoque e solicite autorização para visto e autorização de novos livros e documentos fiscais.

Parágrafo único - O Livro Registro de Operações poderá ser utilizado em substituição ao Livro Registro de Serviços Prestados até 31 de dezembro de 1977.

Art. 145 - As empresas de transportes coletivos poderão utilizar, até esgotar os atuais estoques, o Boletim Diário de Arrecadação - BDA, desde

que autenticado pelo Departamento de Concessões e Permissões, da Secretaria de Serviços Públicos, em substituição ao Boletim de Transportes Coletivos, devendo, entretanto, lançá-lo no Livro Registro de Serviços Prestados.

Art. 146 - A pessoa física ou jurídica que construir para si durante um exercício civil mais de duas unidades residenciais, em terreno próprio, fica sujeita a modalidade de tributação estabelecida para as empresas de construção civil.

§ 1º - Tratando-se de pessoa física e desde que o número de unidades residenciais construídas no exercício civil não ultrapasse a 2 (duas), fica dispensada a inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS, ficando, entretanto, a concessão da Carta de "Habite-se" condicionada ao prévio "visto" da repartição fiscal.

§ 2º - Para efeito do disposto neste artigo a base de cálculo do imposto será estabelecida em Ordem de Serviço do Departamento da Receita que determinará a forma de dedução dos materiais comprovadamente aplicados e o preço do metro quadrado de construção civil utilizável para cada semestre.

CAPÍTULO II

DO CUPOM DE MÁQUINA REGISTRADORA

Art. 147 - A emissão do cupom de máquina registradora de que trata o artigo 106 e seu § 4º, obedecerá às disposições contidas neste Capítulo.

Art. 148 - A máquina registradora, cuja utilização será previamente requerida, deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - possuir mostrador visível ao público;

II - emitir cupom contendo as seguintes indicações:

a) nome, endereço e número de inscrição do estabelecimento;

b) data e valor da operação;

c) número consecutivo da operação;

III - possuir "fita-detalhe" que registre, clara e fielmente, no ato da operação, os elementos constantes das letras "b" e "c" do item anterior;

IV - conter somador ou totalizador visual ou de descarga em

"fita-detalhe";

V - ser dotada de mecanismo de redução a zero do somador;

VI - possuir capacidade mínima para registrar 7 (sete) algarismos.

Art. 149 - O número consecutivo e o totalizador visual referidos nos itens II, alínea "c", e IV, do artigo anterior serão lacrados após vistoria, vedada a violação do lacre, sob pena de ser aplicada ao contribuinte a multa estabelecida na alínea "p", item IV, do artigo 131.

Art. 150 - Após a vistoria da máquina registradora efetuada pela repartição fiscal será fornecido ao contribuinte certificado de autorização para seu funcionamento.

Art. 151 - Para lançamento no Registro de Serviços Prestados, guarda e exibição ao Fisco, o contribuinte, ao fim de cada dia, destacará da bobina da "fita-detalhe" a parte relativa às operações realizadas.

§ 1º - Na "fita-detalhe" que destacar, o contribuinte, além de indicar o número correspondente ao somador zero, anotará também a soma das transações do dia, caso não possua a máquina mecanismo automático de descarga.

§ 2º - Será considerada como importância sonegada a diferença entre a soma dos lançamentos registrados e a importância relativa à capacidade de carga da máquina registradora, quando houver violação dos lacres referidos no artigo anterior, importando na alteração da numeração cronológica do mecanismo de redução do somador e do número consecutivo da operação, com o simultâneo desaparecimento da fita detalhe.

Art. 152 - A impressão da "fita-detalhe" e do cupom deverá ser legível.

Art. 153 - Qualquer defeito que a máquina registradora vier a apresentar no seu funcionamento deverá ser comunicado à repartição fiscal.

§ 1º - No caso deste artigo, o contribuinte terá 10 (dez) dias de prazo para recolocar a máquina em funcionamento, a contar da data da ocorrência.

§ 2º - Se o prazo estabelecido no parágrafo anterior não for suficiente, o contribuinte deverá justificar a demora, através de declaração por escrito, da firma incumbida do conserto da máquina registradora.

§ 3º - Enquanto perdurar o conserto da máquina registradora, o contribuinte, se não possuir Notas Fiscais de Serviços, lançará, no Registro de Serviços Prestados, diariamente, o valor das operações, anotadas previamente em relação à parte.

§ 4º - Se os lançamentos previstos no parágrafo anterior forem sensivelmente inferiores à média das transações que vinham sendo registradas, de modo a gerar suspeitas de fraude, o contribuinte poderá ser colocado sob regime especial de fiscalização.

CAPÍTULO III
DA CONSULTA

Art. 154 - É facultado a qualquer contribuinte dirigir consulta às repartições fiscais competentes sobre assuntos relacionados com a interpretação e aplicações das normas deste Regulamento, desde que obedecido o disposto no Decreto nº 3.388, de 21 de setembro de 1976.

CAPÍTULO IV
DA SOLIDARIEDADE

Art. 155 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e da multa que couber:

I - todos aqueles que mediante conluio colaborarem para a sonegação;

II - o comprador ou cessionário - nas transferências ou cessões de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, se a transferência ou cessão se efetivou;

a) sem a expedição da certidão de inexistência de débito fiscal ou de existência de imunidade ou de isenção;

b) depois de haver caducado a certidão negativa;

c) depois de cientificados, por qualquer forma, da exis-

tência de débito fiscal, ainda que no prazo de validade de certidão;

III - o leiloeiro - nas vendas, através de leilões públicos, dos estabelecimentos referidos no item II deste artigo, desde que os respectivos vendedores não estejam quites com a Fazenda, salvo quando se trate de leilões judiciais ou de massas falidas;

IV - na extinção de firmas por motivos de fusão, incorporação ou encampação - os estabelecimentos envolvidos nessas operações, se as firmas extintas não tiverem requerido baixa de suas inscrições.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 156 - A isenção, quando não concedida em caráter geral, será reconhecida, em cada caso, por despacho da autoridade competente, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e de cumprimento dos requisitos exigidos em lei.

Art. 157 - Aplicam-se na administração do Imposto sobre Serviços, no que couberem, as disposições relativas ao imposto de Circulação de Mercadorias.

Art. 158 - É obrigatório o uso de mecanismo de contagem de usuários nos veículos de transportes coletivos.

§ 1º - O mecanismo a que se refere este artigo, será equipado com totalizador não redutível a zero e capacidade para registrar, no mínimo, nove casas decimais.

§ 2º - Se o totalizador a que se refere o parágrafo anterior dispuser de menos de nove casas decimais, contará com dispositivo que registre o número de vezes em que retornar a zero.

Art. 159 - Os documentos fiscais Boletim de Transportes Coletivos e Comprovante de Redução de Tarifas serão retirados para exame, controlados e fiscalizados em comum pelas Secretarias de Finanças e Serviços Públicos.

Art. 160 - O Valor de Referência é o fixado pela legislação federal que rege a matéria.

Art. 161 - O Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças, poderá baixar normas complementares visando a aplicação deste Regulamento.

Art. 162 - Na administração e cobrança do imposto, aplicar-se-ão as normas gerais de direito tributário instituídas pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

REGISTRO DE SERVIÇOS PRESTADOS — MODELO 01

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA — _____ (mês) e _____ (ano)

DIA	DOCUMENTOS EMITIDOS							VALOR TOTAL DA OPERAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL, OBRAS HIDRÁULICAS E ENGENHARIA CONS.		VALORES		OBSERVAÇÕES
	ESPÉCIE	SÉRIE SUB-SÉRIE	NUMERAÇÃO DE	NUMERAÇÃO A	DATA DIA	DATA MÊS	DATA ANO		MATERIAIS APLICADO	SUB-EMPREITEIRADAS TRIBUT.	TRIBUTÁVEL	NÃO TRIBUTÁVEL	
TOTAIS CR$													

D E M O N S T R A T I V O S

ALUGUEL MENSAL ..... CR$
ÁGUA, ENERGIA, TELEFONE ..... CR$
RETIRADA "PRO-LABORE" ..... CR$
PAGAMENTO DE EMPREGADO ..... CR$

T O T A L .....

ISS PAGO ..... CR$
BANCO/ÓRGÃO ARRECADADOR ..... _____

DATA DO PAGAMENTO ____/_____/____

_____
Titular ou Responsável Legal

RESERVADO À FISCALIZAÇÃO

MODELO 02

REGISTRO DE CONTRATOS

DATA			NATUREZA OU REGIME DA OBRA OU SERVIÇO	CONTRATANTE/COMITENTE		LOCAL DA EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO.	CONTRATO					OBRA OU SERVIÇO			VALOR TRIBUTÁVEL.	OBSERVAÇÕES
									REGISTRO			DATA				
ANO	MÊS	DIA		NOME	ENDEREÇO		ESPÉCIE	DATA	CARTÓRIO	LIV.	FLS.	INÍCIO	CONCLUSÃO	VALOR TOTAL		

MODELO 03

CARACTERÍSTICAS FISCAIS DO EMITENTE	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS (USUÁRIO FINAL) Nº _____ SÉRIE "A" _____ VIA.

TOMADOR DO SERVIÇO _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____

CGC _____ INSCRIÇÃO _____

NATUREZA DA OPERAÇÃO _____

EM, _____ de _____ de _____

QUANT.	UNID	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇOS UNIT.	PREÇOS TOTAL

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO	Valor total da Nota ISS já incluído no Preço dos Serviços calculado à Alíquota de %. _____

ESPAÇO RESERVADO ÀS GRÁFICAS

recib..... DE _____

BRASÍLIA, ____ de _____ de _____

_____
assinatura

MODELO 04

CARACTERÍSTICAS DO EMITENTE

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS
(Serviços com aplicação de material)
SÉRIE "B"
VIA _____ Nº _____

TOMADOR DO SERVIÇO: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO _____

CGC/MF _____ INSCRIÇÃO _____

NATUREZA DA OPERAÇÃO: _____ EM, ____/____/____

QUANT.	UNID	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNIT. CR$	TOTAL CR$

RESUMO PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO	CR$
VALOR DO MATERIAL APLICADO	
VALOR DOS SERVIÇOS JÁ TRIBUTADOS	

Nome, endereço e os números de inscrição e do CGC; DO impressos da Nota, a data e quantidade da impressão, o número de ordem da 1a. e da última nota impressa e respectiva série e número e data da autorização para impressão de documentos fiscais.
(ESPAÇO RESERVADO ÀS GRÁFICAS)

TOTAIS: _____

TOTAL DA NOTA: .....

ISS JÁ INCLUÍDO NO PREÇO DOS SERVIÇOS, CALCULADO À ALÍQUOTA DE .... %.

CR$ _____

RECEBI OS SERVIÇOS DESTA NOTA

EM, _____ de _____ de _____

Assinatura: _____

18 centímetros.

MODELO 05

CARACTERÍSTICAS DO EMITENTE	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS (REMESSA OU DEVOLUÇÃO) Nº _____ SÉRIE "C" _____ VIA.

DESTINATÁRIO _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____

CGC _____ INSCRIÇÃO _____

NATUREZA DA OPERAÇÃO _____

EM, _____ de _____ de _____

QUANT.	UNID	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS	PREÇOS UNIT.	PREÇOS TOTAL

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO	VALOR ..... CR$ _____ _____ CR$ _____ TOTAL DA NOTA CR$ _____

MARCA	Nº	QUANT.	ESPÉCIE	P/BRUTO	P/LIQ.

Características fiscais da Gráfica e Nº de Blocos, Nº da 1a. e da última Nota, Série e Subsérie e Nº de Vias confecionadas, Mês e Ano da confecção e Nº da Autorização.

RECIBO _____ de _____

BRASÍLIA, _____ de _____ de _____ _____
assinatura

MODELO 06

CARACTERÍSTICAS DO EMITENTE	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS (ENTRADA) Nº _____ SÉRIE "D" _____ VIA

R E M E T E N T E

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____

NATUREZA DA OPERAÇÃO _____ EM, ____/____/____

QUANT.	UNID	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS	PREÇOS UNIT.	PREÇOS TOTAL

TOTAL DA NOTA ..... CR$

Espaço reservado à Gráfica

Receb_____ de _____

Em, _____/_____/_____

_____

Assinatura

MODELO 07

CARACTERÍSTICAS FISCAIS DO EMITENTE
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS SIMPLIFICADA SÉRIE _____ Nº _____ VIA
VALOR CR$ _____ ALÍQUOTA DO ISS _____ % EM _____ de _____ de _____
ESPAÇO RESERVADO À GRÁFICA

MODELO 08

DEMONSTRAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS Nº _____

NOME (RAZÃO SOCIAL) _____

ENDEREÇO _____

CGC _____ INSCRIÇÃO _____

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	PREÇOS
TOTAL CR$	
ALÍQUOTA _____ % ISS A RECOLHER: CR$	

DATA _____ de _____ de _____

RESPONSÁVEL PELA ESCRITA

VISTO: RESPONSÁVEL P/ESTABELECIMENTO

Espaço reservado à Gráfica:

BOLETIM DE TRANSPORTES COLETIVOS

NOME DA EMPRESA: NÚMERO:

ENDEREÇO: SÉRIE:

CGC-MF INSCRIÇÃO:

OBSERVAÇÕES: MODELO 09

B. T C	/ /	1º	2º	3º
	DATA	PERÍODO		
ASSINATURA DO COBRADOR	MATRÍCULA	CARRO Nº	MOTORISTA MAT.	
LINHA	NÚMERO	ODOM. INICIAL	ODOM. FINAL	

VIAGEM	HORÁRIO		ROLETA		Nº DE	FISCALIZAÇÃO	
	SAÍDA	CHEG.	SAÍDA	CHEGADA	PASSAG.	EMPRESA	S S P
1º							
2º							
3º							
4º							
5º							
6º							
7º							
8º							
9º							
10º							

VIAGEM	HORÁRIO		ROLETA		Nº DE	FISCALIZAÇÃO	
	SAÍDA	CHEG.	SAÍDA	CHEGADA	PASSAG.	EMPRESA	S S P
11º							
12º							
13º							
14º							
15º							
16º							
17º							
18º							

ENCERRAMENTO

ROLETA			PASSAGEIROS		VALOR DA TARIFA	RECEITA
			COM DESCONTO	NORMAL		
	FINAL					
	INICIAL					
	PASSAGEIROS					

PRESTAÇÃO DE CONTA À TESOURARIA

DATA	RECEITA	ARRECADADOR

Características do estabelecimento gráfico e número da autorização para impressão dos documentos fiscais.

LINHA Nº _____ NÚMERO _____

TARIFA _____ SÉRIE _____

DATA ___/___/___ CARRO Nº _____

COBRADOR:		ARRECADADOR
DATA	RECEITA	

MODELO 10

COMPROVANTE DE REDUÇÃO DE TARIFA

NOME OU RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CGC _____ INSCRIÇÃO _____

PASSE ESCOLAR Nº _____

LINHA _____

_____ VALOR CR$ _____

_____

ESPAÇO RESERVADO À GRÁFICA

MODELO 11

DECLARAÇÃO DE RETENÇÃO
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Nº _____

VIA _____

Declaro(amos), para fins de comprovação junto à Fazenda Pública do Distrito Federal, que retive(mos) a importância de CR$ _____ (_____)
por extenso

proveniente dos serviços prestados por _____
nome ou razao social

_____, com endereço _____
rua,quadra,lote,

_____, executados _____
cidade, etc. local de execuçao

_____, no período de ____ de _____,
do serviço

_____ a _____ de _____ de _____.

DISTRITO FEDERAL, _____/_____/_____.

_____
Tomador do Serviço

_____
Prestador do Serviço